



Ministério da Educação – MEC
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL
Pró-reitora Administrativa - PRA
Coordenação de Finanças e Contabilidade – CFC
Contadoria Geral - CONTGER

RELATÓRIO CONTÁBIL

2022

Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

REITORA UFPEL

Isabela Fernandes Andrade - Gestão 2021/2024

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Hartlebem Peter - Gestão 2021/2024

COORDENADORA DA COORDENAÇÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE- CFC

Fernanda e Silva Rodrigues

CONTADOR GERAL DA UFPEL

Leonardo Pinto Ortiz
CRC RS 089096

CHEFE NÚCLEO FINANCEIRO – NUFINC

Cristiane Medianeira Canabarro Flores Hubner

CHEFE SEÇÃO CONTÁBIL - SCONT

Giovani Luiz Garcia Costantini
CRC RS 082667

CHEFE SEÇÃO DE ANÁLISE E REGISTRO CONTÁBIL DOS CONTRATOS – SARCC

Alexandre Doro Bittencourt
CRC RS 082170

CHEFE SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO DA DESPESA – SLD

Fernanda Patzlaff Neuenfeld

CHEFE SEÇÃO DE PAGAMENTOS - SPAG

Gabriel Monteblanco Leal

CONTATO CFC

cfc@ufpel.edu.br

1. DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR - COM RESTRIÇÃO	4
2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	5
2.1 Balanço Patrimonial.....	5
2.2 Balanço Orçamentário.....	8
2.3 Balanço Financeiro	11
2.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais	13
2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	15
3. NOTAS EXPLICATIVAS – ABRANGÊNCIA E CONTEÚDO	17
3.1 Estrutura Organizacional da UFPEL	17
3.2 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	18
3.3 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	18
4. NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	21
4.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial.....	21
4.2 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário.....	33
4.3 Notas Explicativas do Balanço Financeiro	43
4.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais	49
4.5 Notas Explicativas da Demonstração Dos Fluxos De Caixa – DFC	54



1. DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR - COM RESTRIÇÃO

Esta declaração se refere às demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2022 e suas notas explicativas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 9º edição) e com o Manual SIAFI, exceto quanto aos aspectos mencionados a seguir.

- a) Falta de avaliação dos bens móveis: no que tange a avaliação/reavaliação do ativo imobilizado do órgão, apenas os bens imóveis estão com saldo atualizado devido a reavaliação efetuada em outubro de 2022. Quanto aos bens móveis, não houve reavaliação em 2021, estando assim, em desconformidade com a Portaria nº 548 da STN de setembro de 2015;
- b) Saldo contábil dos bens móveis não confere com o Relatório Mensal de Bens (RMB): devido a falhas no sistema de controle patrimonial que registra as informações dos bens móveis. A diferença líquida é de R\$ 30.308,56 a menor em relação ao saldo contábil. O registro da depreciação dos bens móveis ocorreu até maio de 2015, sendo calculada sobre a reavaliação/redução a valor recuperável dos veículos de tração mecânica, embarcações e aeronaves. Quanto aos demais bens móveis, a depreciação foi calculada somente sobre os valores dos bens adquiridos a partir de 2010.
- c) Implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) não realizada na data inicial de 01/12/2021 prevista pela Portaria nº 232/2020 do Ministério da Economia: o uso efetivo do SIADS pela UFPEL ocorreria em fevereiro de 2022 após à realização de conferência na base de dados das informações do Almoxarifado. Contudo, devido a alteração da Portaria do Ministério da Economia nº 232, de 02/06/2020 pela Portaria ME nº 3.478, que estendeu o prazo máximo de implantação do SIADS para 1º de julho de 2023, a UFPEL optou por promover melhorias na organização de seu inventário nesse período para efetuar a implantação do SIADS com o mínimo de pendências possíveis.
- d) Falta de registro depreciação do Ativo Imobilizado relativo aos bens móveis desde junho de 2015: Devido a inconsistências nos cálculos da depreciação efetuados pelo sistema de controle patrimonial utilizado pela UFPEL, o registro da depreciação dos bens móveis ocorreu até maio de 2015, sendo calculada sobre a reavaliação/redução a valor recuperável dos veículos de tração mecânica, embarcações e aeronaves. Quanto aos demais bens móveis, o cálculo ocorreu somente sobre os valores dos bens adquiridos a partir de 2010 já mencionado anteriormente.
- e) Convênios com valores a comprovar: data expirada na unidade gestora UFPEL pelo montante aproximado de R\$ 85,7 milhões. Isso corresponde a 18 convênios que estão aguardando registro de comprovação de valores.
- f) Existência de convênios com valores a liberar: montante aproximado de R\$ 4,2 milhões com vigência expirada, que corresponde a 13 convênios que ainda constam nas contas de Atos Potenciais Passivos de Convênios e Instrumentos Congêneres a liberar.
- g) Valores de Termo de Execução Descentralizada (TED) a comprovar: registro de comprovação de valores com data expirada no montante aproximado de R\$ 26,7 milhões. Esse montante corresponde a 21 TED's, sendo 20 pertencentes a unidade gestora da UFPEL e 1 da unidade do Hospital Escola, cujo prazo de prestação de contas encontram-se vencidos a mais de 180 dias;



Cabe salientar que a presente declaração foi elaborada com base na análise dos demonstrativos e dos auditores contábeis mediante monitoramento e acompanhamento permanente por esta Contadoria Geral (CONTGER), bem como pela valiosa contribuição da Seção Contábil (SCONT).

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Pelotas, RS 31 de janeiro de 2023.

LEONARDO PINTO ORTIZ
CRC RS 089096/O-0

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das notas explicativas foi feita com base na revisão analítica, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a materialidade do item/conta contábil consolidados das unidades gestoras vinculadas a UFPEL, por meio da análise horizontal e vertical e interdemonstrativos (identificação da contrapartida dos registros - análise cruzada).

2.1 Balanço Patrimonial

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021	
ATIVO CIRCULANTE		78.826.982,86	70.794.030,47	
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>01</u>	58.593.612,54	56.214.582,57	
Créditos a Curto Prazo		19.507.412,44	14.006.748,81	
Clientes		5.619,82	5.619,82	
Demais Créditos e Valores	<u>02</u>	19.501.792,62	14.001.128,99	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	
Estoques	<u>03</u>	660.201,67	559.351,34	
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-	
VPDs Pagas Antecipadamente		65.756,21	13.347,75	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		997.497.225,29	675.321.901,23	
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	
Estoques		-	-	
Investimentos		97.346,71	97.346,71	
Participações Permanentes		97.346,71	97.346,71	
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		97.346,71	97.346,71	
Propriedades para Investimento		-	-	
Propriedades para Investimento		-	-	
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-	
Demais Investimentos Permanentes		-	-	
Demais Investimentos Permanentes		-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	
Imobilizado	<u>04</u>	996.912.530,45	674.748.956,05	
Bens Móveis		167.301.582,58	164.033.298,45	
Bens Móveis		181.437.437,23	178.169.153,10	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-14.135.854,65	-14.135.854,65	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	
Bens Imóveis		829.610.947,87	510.715.657,60	
Bens Imóveis		831.309.766,32	518.050.676,69	
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-1.698.818,45	-7.335.019,09	



(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
Intangível	<u>05</u>	487.348,13	475.598,47
Softwares		487.348,13	475.598,47
Softwares		487.348,13	475.598,47
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-
Diferido		-	-
TOTAL DO ATIVO		1.076.324.208,15	746.115.931,70

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE		135.743.319,69	168.793.787,45
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		49.658.239,73	59.992.957,91
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	<u>06</u>	4.364.825,76	1.274.604,83
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		2.238,10	2.238,10
Transferências Fiscais a Curto Prazo		626.256,00	1.586.070,00
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		81.091.760,10	105.937.916,61
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.358.167,20	5.459.939,03
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	417.993,63
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		4.358.167,20	4.842.408,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	199.537,40
Resultado Diferido		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		140.101.486,89	174.253.726,48

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		-	-
Resultados Acumulados		936.222.721,26	571.862.205,22
Resultado do Exercício		369.239.122,98	49.001.132,39
Resultados de Exercícios Anteriores		571.862.205,22	523.433.846,32
Ajustes de Exercícios Anteriores	<u>07</u>	-4.878.606,94	-572.773,49
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-



TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		936.222.721,26	571.862.205,22
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.076.324.208,15	746.115.931,70

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	58.593.612,54	56.214.582,57	PASSIVO FINANCEIRO	78.716.828,44	75.815.970,62
ATIVO PERMANENTE	1.017.730.595,61	689.901.349,13	PASSIVO PERMANENTE	80.816.199,64	116.783.670,41
			SALDO PATRIMONIAL	916.791.180,07	553.516.290,67

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	54.825.364,76	57.718.724,88	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		109.498.891,64	104.358.187,57
Atos Potenciais Ativos	54.825.364,76	57.718.724,88	Atos Potenciais Passivos		109.498.891,64	104.358.187,57
Garantias e Contragarantias Recebidas	4.946.258,36	4.323.837,68	Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	49.155.354,24	52.569.388,26	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	08	4.222.571,38	6.012.884,16
Direitos Contratuais	723.752,16	825.498,94	Obrigações Contratuais		105.276.320,26	98.345.303,41
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL	54.825.364,76	57.718.724,88	TOTAL		109.498.891,64	104.358.187,57

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-16.892.182,42
Recursos Vinculados		-3.231.033,48
Educação		-1.537.598,74
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-1.090.491,49
Previdência Social (RPPS)		24.790,42
Dívida Pública		-84.458,62
Alienação de Bens e Direitos		32.580,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		-575.855,05
TOTAL		-20.123.215,90



2.2 Balanço Orçamentário

Período: 2022

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	10	2.460.537,00	2.460.537,00	2.280.914,63	-179.622,37
Receitas Tributárias					
Impostos		-	-	-	-
Taxas		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
Receitas de Contribuições					
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-	-	-	-
Receita Patrimonial		291.413,00	291.413,00	206.490,65	-84.922,35
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		267.562,00	267.562,00	176.155,73	-91.406,27
Valores Mobiliários		23.851,00	23.851,00	30.334,92	6.483,92
Delegação de Serviços Públicos		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
Receita Agropecuária		23.256,00	23.256,00	7.920,00	-15.336,00
Receita Industrial					
Receitas de Serviços		2.121.969,00	2.121.969,00	1.696.791,53	-425.177,47
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		2.121.969,00	2.121.969,00	1.696.781,53	-425.187,47
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		-	-	-	-
Outros Serviços		-	-	10,00	10,00
Transferências Correntes		-	-	173.657,14	173.657,14
Outras Receitas Correntes		23.899,00	23.899,00	196.055,31	172.156,31
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		23.899,00	23.899,00	65.833,80	41.934,80
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	130.221,51	130.221,51
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital		-	-	-	-
Demais Receitas Correntes		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		1.130.531,00	1.130.531,00	156.700,00	-973.831,00
Operações de Crédito					
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Alienação de Bens		149.290,00	149.290,00	156.700,00	7.410,00
Alienação de Bens Móveis		149.290,00	149.290,00	156.700,00	7.410,00
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		981.241,00	981.241,00	-	-981.241,00
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		3.591.068,00	3.591.068,00	2.437.614,63	-1.153.453,37
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-



Mobiliária			-	-	-	-
Contratual			-	-	-	-
Operações de Crédito Externas			-	-	-	-
Mobiliária			-	-	-	-
Contratual			-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO			3.591.068,00	3.591.068,00	2.437.614,63	-1.153.453,37
DEFÍCIT		11			871.091.384,20	871.091.384,20
TOTAL			3.591.068,00	3.591.068,00	873.528.998,83	869.937.930,83
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS				8.001.905,00		-8.001.905,00
Superavit Financeiro				-	-	-
Excesso de Arrecadação				3.865.307,00		-
Créditos Cancelados				4.136.598,00		-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		863.968.453,00	873.650.434,00	867.352.263,74	862.351.882,48	805.327.979,21	6.298.170,26
Pessoal e Encargos Sociais		756.813.954,00	774.950.024,00	755.779.881,80	755.779.881,80	703.768.923,96	19.170.142,20
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		107.154.499,00	98.700.410,00	111.572.381,94	106.572.000,68	101.559.055,25	-12.871.971,94
DESPESAS DE CAPITAL		5.149.719,00	3.469.643,00	6.176.735,09	1.575.971,56	1.209.855,53	-2.707.092,09
Investimentos		5.149.719,00	3.469.643,00	6.176.735,09	1.575.971,56	1.209.855,53	-2.707.092,09
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		869.118.172,00	877.120.077,00	873.528.998,83	863.927.854,04	806.537.834,74	3.591.078,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		869.118.172,00	877.120.077,00	873.528.998,83	863.927.854,04	806.537.834,74	3.591.078,17
TOTAL	12	869.118.172,00	877.120.077,00	873.528.998,83	863.927.854,04	806.537.834,74	3.591.078,17

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - NE 13

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.844.019,36	2.813.534,58	3.784.497,09	3.147.344,78	685.974,86	1.824.234,30
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.844.019,36	2.813.534,58	3.784.497,09	3.147.344,78	685.974,86	1.824.234,30
DESPESAS DE CAPITAL	10.780.849,30	1.908.242,43	3.844.749,79	3.240.278,09	201.027,53	9.247.786,11
Investimentos	10.780.849,30	1.908.242,43	3.844.749,79	3.240.278,09	201.027,53	9.247.786,11
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	13.624.868,66	4.721.777,01	7.629.246,88	6.387.622,87	887.002,39	11.072.020,41



ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais	87.728,81	56.263.597,59	55.763.790,39	81.380,73	506.155,28
Juros e Encargos da Dívida	-	52.312.207,78	52.312.207,78	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos	7.310,75	973.381,66	973.381,66	-	7.310,75
Inversões Financeiras	7.310,75	973.381,66	973.381,66	-	7.310,75
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	95.039,56	57.236.979,25	56.737.172,05	81.380,73	513.466,03



2.3 Balanço Financeiro

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
Receitas Orçamentárias		2.437.614,63	1.479.634,17
Ordinárias		-	-
Vinculadas		2.465.314,85	1.577.897,52
Educação		2.696,33	4.248,53
Seguridade Social (Exceto Previdência)		3.245,16	306,39
Previdência Social (RPPS)		2.300,91	-
Alienação de Bens e Direitos		156.700,00	2.400,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.300.372,45	1.570.942,60
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-27.700,22	-98.263,35
Transferências Financeiras Recebidas		906.984.871,58	895.412.488,68
Resultantes da Execução Orçamentária		897.453.055,11	877.010.445,55
Repasso Recebido		860.661.310,17	835.271.094,54
Sub-repasso Recebido		36.791.744,94	41.739.351,01
Independentes da Execução Orçamentária		9.531.816,47	18.402.043,13
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		8.872.104,27	17.290.135,82
Demais Transferências Recebidas		397.819,93	9.880,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais		261.892,27	1.102.027,31
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		67.831.057,06	60.852.350,31
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		57.390.019,30	55.438.574,99
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		9.601.144,79	4.721.777,01
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		406.969,77	140.419,74
Outros Recebimentos Extraorçamentários		432.923,20	551.578,57
Arrecadação de Outra Unidade		432.923,20	551.578,57
Saldo do Exercício Anterior		56.214.582,57	58.347.197,38
Caixa e Equivalentes de Caixa		56.214.582,57	58.347.197,38
TOTAL	14	1.033.468.125,84	1.016.091.670,54



DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
Despesas Orçamentárias		873.528.998,83	842.769.615,67
Ordinárias		613.672.089,25	609.298.803,08
Vinculadas		259.856.909,58	233.470.812,59
Educação		10.797.107,15	6.167.867,38
Seguridade Social (Exceto Previdência)		8.243.203,82	135.290.601,97
Previdência Social (RPPS)		236.918.525,99	90.014.518,18
Alienação de Bens e Direitos		149.290,00	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		3.748.782,62	1.997.825,06
Transferências Financeiras Concedidas		37.816.621,55	45.604.295,74
Resultantes da Execução Orçamentária		36.860.944,89	41.803.682,77
Repasso Concedido		69.199,95	57.825,54
Sub-repasso Concedido		36.791.744,94	41.739.351,01
Repasso Devolvido			6.506,22
Independentes da Execução Orçamentária		955.676,66	3.800.612,97
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		20.000,00	3.155.766,33
Demais Transferências Concedidas		418.344,17	24.946,74
Movimento de Saldos Patrimoniais		517.332,49	619.899,90
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Pagamentos Extraorçamentários		63.528.892,92	71.503.176,56
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		56.737.172,05	53.054.531,03
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		6.387.622,87	18.244.955,45
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		404.098,00	203.690,08
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Saldo para o Exercício Seguinte		58.593.612,54	56.214.582,57
Caixa e Equivalentes de Caixa		58.593.612,54	56.214.582,57
TOTAL	15	1.033.468.125,84	1.016.091.670,54



2.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	16	1.523.074.968,41	996.714.593,11
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.880.872,26	1.086.558,92
Venda de Mercadorias		11.644,00	23.214,00
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.869.228,26	1.063.344,92
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		30.399,70	27.664,93
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		2,00	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		30.397,70	27.664,93
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		911.838.861,26	923.541.953,20
Transferências Intragovernamentais		906.984.871,58	895.412.488,68
Transferências Intergovernamentais		113.675,64	-
Transferências das Instituições Privadas		59.981,50	46.390,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		4.680.332,54	28.083.074,52
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		608.609.208,11	71.187.492,29
Reavaliação de Ativos		531.383.180,71	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		80.292,12	33.105,44
Ganhos com Desincorporação de Passivos		77.145.735,28	71.154.386,85
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		715.627,08	870.923,77
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		715.627,08	870.923,77
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	17	1.153.835.845,43	947.713.460,72
Pessoal e Encargos		529.663.440,15	524.863.293,93
Remuneração a Pessoal		416.758.695,87	412.038.101,39
Encargos Patronais		96.380.481,00	96.713.796,57
Benefícios a Pessoal		16.524.263,28	16.111.395,97
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		261.058.945,82	254.066.702,34
Aposentadorias e Reformas		214.130.084,91	210.678.523,81
Pensões		39.348.743,16	35.625.063,91
Benefícios de Prestação Continuada		-	-



Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.580.117,75	7.763.114,62
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	67.973.077,47	60.344.366,45
Uso de Material de Consumo	5.722.080,03	5.163.135,29
Serviços	61.774.044,44	54.676.002,24
Depreciação, Amortização e Exaustão	476.953,00	505.228,92
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.206.858,77	1.715.070,46
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.427.445,65	1.121.375,29
Variações Monetárias e Cambiais	779.406,12	593.608,77
Descontos Financeiros Concedidos	7,00	86,40
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	40.594.875,62	73.363.489,82
Transferências Intragovernamentais	37.816.621,55	45.604.295,74
Transferências Intergovernamentais	468.333,69	2.497.160,00
Transferências a Instituições Privadas	95.576,12	87.783,73
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.214.344,26	25.174.250,35
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	236.101.547,30	16.966.130,30
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	182.030.730,42	-
Perdas com Alienação	297.304,56	-
Perdas Involuntárias	8.754,56	8.304,03
Incorporação de Passivos	18.929.939,28	16.595.835,44
Desincorporação de Ativos	34.834.818,48	361.990,83
Tributárias	97.850,15	69.116,88
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	31.459,16	14.487,34
Contribuições	66.390,99	54.629,54
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	16.139.250,15	16.325.290,54
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	16.100.153,57	16.300.426,82
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	39.096,58	24.863,72
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	18	369.239.122,98
		49.001.132,39



2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	NE	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		7.405.845,25	6.581.602,81
INGRESSOS	20		
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		176.155,73	178.453,78
Receita Agropecuária		7.920,00	18.190,00
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		1.696.791,53	889.828,74
Remuneração das Disponibilidades		30.334,92	27.426,45
Outras Receitas Derivadas e Originárias		196.055,31	319.345,20
Transferências Recebidas		173.657,14	46.390,00
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Recebidas		173.657,14	46.390,00
Outros Ingressos Operacionais		907.824.764,55	896.104.486,99
Ingressos Extraorçamentários		406.969,77	140.419,74
Transferências Financeiras Recebidas		906.984.871,58	895.412.488,68
Arrecadação de Outra Unidade		432.923,20	551.578,57
DESEMBOLSOS	21		
Pessoal e Demais Despesas		-902.699.833,93	-891.002.518,35
Legislativo		-	-
Judiciário		-	-
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-4.500,60	-13.600,56
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-247.933.523,65	-238.416.477,55
Saúde		-643.628,46	-406.643,18
Trabalho		-	-
Educação		-518.422.245,11	-508.314.603,72
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-	-
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-628.900,67	-740.459,46
Ciência e Tecnologia		-	-283.963,50
Agricultura		-	-



Organização Agrária		-	-
Indústria		-3.400,45	-
Comércio e Serviços		-	-
Comunicações		-	-
Energia		-	-
Transporte		-400,05	-
Desporto e Lazer		-	-
Encargos Especiais		-343.867,20	-419.350,60
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-96.498.648,19	-96.599.433,96
Intergovernamentais		-	-
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	-
Intragovernamentais		-94.974.924,38	-95.600.560,23
Outras Transferências Concedidas		-1.523.723,81	-998.873,73
Outros Desembolsos Operacionais		-38.220.719,55	-45.807.985,82
Dispêndios Extraorçamentários		-404.098,00	-203.690,08
Transferências Financeiras Concedidas		-37.816.621,55	-45.604.295,74
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-5.026.815,28	-8.714.217,62
INGRESSOS		156.700,00	-
Alienação de Bens		156.700,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-5.183.515,28	-8.714.217,62
Aquisição de Ativo Não Circulante	22	-5.140.892,50	-8.714.217,62
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-42.622,78	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19	2.379.029,97	-2.132.614,81
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		56.214.582,57	58.347.197,38
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		58.593.612,54	56.214.582,57

3. NOTAS EXPLICATIVAS – ABRANGÊNCIA E CONTEÚDO

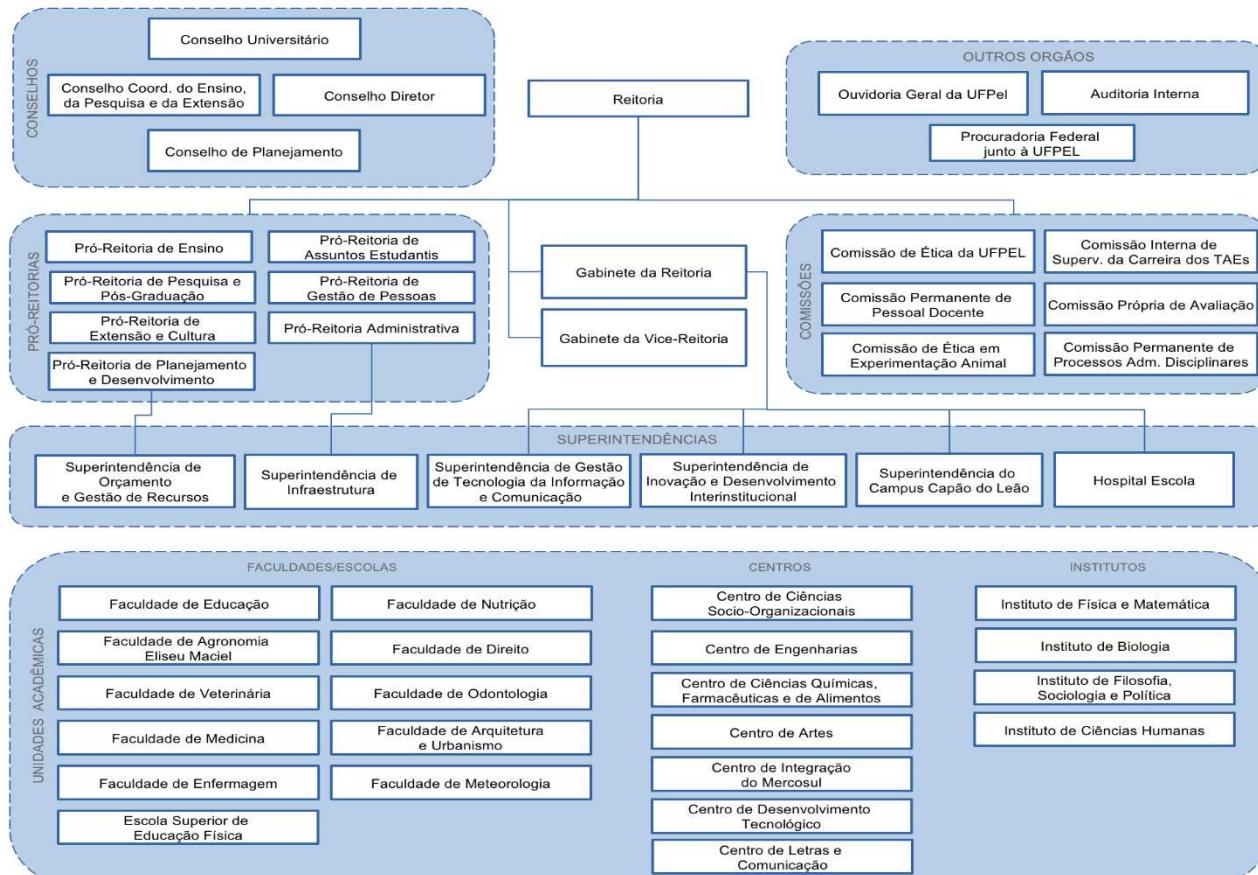
3.1 Estrutura Organizacional da UFPEL

A estrutura organizacional da Universidade Federal de Pelotas está prevista no seu Estatuto e Regimento. Compõem a Universidade a Administração Superior, as Unidades Universitárias e os Órgãos Suplementares.

Os órgãos da Administração Superior da Universidade são o Conselho Diretor da Fundação (CONDIR), o Conselho Universitário (CONSUN), o Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão (COCEPE), Conselho de Planejamento da UFPel (COPLAN-UFPel) e a Reitoria. O Conselho Universitário é o órgão supremo da Universidade, com funções normativa, consultiva e deliberativa. Já Conselho Diretor que se constitui em órgão angariador de recursos, supervisor da gestão econômico-financeira e responsável principal pelas relações entre a Universidade e a Comunidade. O COCEPE é órgão central de supervisão do ensino e da pesquisa com funções consultiva, normativa e deliberativa

No que tange a Reitoria, exercida pelo Reitor (a), é o órgão executivo central, que coordena, fiscaliza e superintende as atividades universitárias, cabendo-lhe a competência que não seja privativa dos demais órgãos. Esta unidade compreende os Gabinete do Reitor e Vice-Reitor, as Pró-Reitorias e também as Comissões. Ressalta-se, que a UFPel criou no ano de 2018, através da Resolução nº 10, de 22 de agosto de 2018 do CONSUN, o Conselho de Planejamento da UFPel (COPLAN). Este novo Conselho é constituído como órgão consultivo e propositivo da Universidade e se responsabiliza por refletir e planejar o futuro da instituição. Por fim, as unidades acadêmicas são organizadas em Faculdades e Escolas, Institutos ou Centros e são onde os departamentos e cursos, tanto de graduação como pós-graduação, estão localizados onde as atividades finalísticas (ensino, pesquisa, extensão e o desenvolvimento tecnológico) da instituição são desenvolvidas. A Figura 1, abaixo, apresenta uma visão geral do organograma com a estrutura organizacional do Órgão.

Figura 1 – Estrutura organizacional da Universidade Federal de Pelotas



Fonte: <https://institucional.ufpel.edu.br/unidades/#organograma>



3.2 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON consolidam as contas das Unidades Gestoras da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e do Hospital Escola da UFPEL (HE).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;
- VI. Notas Explicativas (NE)

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

3.3 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e por consequência na UFPEL, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

- (a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

- (b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

- (c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

- (d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens Móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(m) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Patrimonial, Orçamentário e Financeiro.

(1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Essa, evidencia as alterações (mutações) ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFPEL e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para UFPEL, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

(2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

(3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro (BF), é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

4. NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Nota 01 – Caixa e Equivalente de Caixa

O grupo de contas com maior relevância no Ativo Circulante é “Caixa e Equivalente de Caixa”. Nesse grupo estão registrados os valores em caixa, bancos, bem como equivalentes e representam recursos com livre movimentação para aplicações nas operações da entidade e para os quais não haja restrições de uso imediato.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do grupo de conta Caixa e Equivalente de Caixa:

Tabela 1 – Caixa e Equivalente de Caixa – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	2022	2021	AH%
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	289.762,41	300.999,69	(3,73)
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	1.530,00	1.530,00	0,00
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	136.755,91	135.776,14	0,72
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	2.531.804,25	927.880,32	172,86
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	55.633.759,97	54.848.396,42	1,43
Total	58.593.612,54	56.214.582,57	4,23

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Ao término do exercício de 2022 verifica-se aumento no saldo do grupo de contas “Caixa e Equivalente de Caixa” de 4,23% em relação ao exercício de 2021. Essa variação positiva gerou impacto de aproximadamente R\$ 2,3 milhões, fato atribuído pela elevação de saldo na conta “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento – OFSS” da ordem de 172,86% no período.

Com base na tabela 1, a conta contábil “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pgto. OFSS” representa 94,95% dos recursos financeiros que compõe o grupo “Caixa e Equivalente de Caixa”. Esse volume significativo de financeiro está vinculado, principalmente, ao recebimento de recursos para pagamento de pessoal relativo à competência de dezembro, como pode ser observado no saldo do passivo com obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências.

Embora ocorra o pagamento do passivo no próprio mês de dezembro, à sistemática de emissão de ordens de pagamento (OP) implementadas em 2018, efetiva o pagamento (emissão de ordem bancária - OB) no dia posterior ao da ordem de pagamento (OP) da folha de pessoal, ou seja, a baixa do saldo do passivo com obrigações trabalhistas, bem como da conta de limite saque é registrada somente no mês subsequente a geração de OP em 2023.

Em razão dessa sistemática de emissão de ordens bancárias, o passivo circulante, em especial as obrigações trabalhistas, previdenciárias, assistências, fornecedores e contas a pagar de curto prazo, bem como o ativo circulante na conta caixa e equivalente de caixa ficam com seus saldos superavaliamos.

Nota 02 – Demais Créditos e Valores

5.2 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, compreende o conjunto de contas de direitos a receber pelo adiantamento de valores a título de 13º salário, adiantamento de férias, suprimento de fundos e adiantamentos a terceiros, incluindo adiantamento a fornecedores. Também são registrados nesse grupo de contas os valores a receber decorrentes de infrações e penalidade contratual devida pelos fornecedores.

Nesse contexto, destaca-se os valores a título de adiantamento de 13º salário e adiantamento de férias, os quais concentram 93,92% do saldo do grupo de contas Demais Créditos e Valores a Curto Prazo. A seguir é apresentada tabela com a composição do respectivo grupo.

Tabela 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Composição R\$ 1,00

CONTA CONTÁBIL	2022	2021	AH%
13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	4.991.579,84	5.196.564,89	(3,94)
ADIANTAMENTO DE FERIAS	13.324.108,02	7.695.411,78	73,14
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	647.378,78	594.022,72	8,98
CRED A REC POR DEB DE TERCEIRO EM PREST SERV	86.648,57	-	-
CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS	144.085,40	144.085,40	0,00
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	242.628,22	274.023,70	(11,46)
REMUNERACAO RECURSOS APLIC NA CTU A RECEBER	866,80	804,02	7,81
CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO	43.152,84	34.352,63	25,62
CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	21.344,15	61.863,85	(65,50)
Total	19.501.792,62	14.001.128,99	39,29

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

De acordo com a tabela 02, houve elevação de 39,29% no montante de Créditos e Valores a Curto Prazo ao término do exercício de 2022 em comparação com o exercício anterior. Essa variação é atribuída, principalmente, na conta de “Adiantamento de Férias”, tendo em vista o acréscimo de 73,14% no saldo apurado em 2022 comparado ao término do exercício de 2021. Cabe destacar, que o servidor integrante do Regime Jurídico Estatutário, o período aquisitivo de 12 meses para o gozo de férias é cumprido apenas no primeiro ano de exercício. Transcorrido esse período, o servidor público pode gozar férias a partir de janeiro de cada exercício. Desse modo, em alguns momentos, a Administração Pública pode conceder um adiantamento de férias ao servidor, o que é evidenciado pela Contabilidade.

Nota 03 – Estoques

Os estoques são ativos, podendo assumir várias formas e serem mantidos para determinados fins. No caso da UFPEL, os estoques estão na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados na prestação de serviços.

Os estoques são mensurados pelo valor de custo histórico. Neste sentido, os bens do almoxarifado são mensurados pelo preço médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei 4.320/1964.

A UFPEL ao final do exercício de 2022 apresenta saldo de aproximadamente R\$ 654 mil em itens de estoques. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do grupo da conta Estoques:

Tabela 3 – Estoques – Composição - R\$ 1,00

UG Executora	Conta Corrente	2022	2021	AH%
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	GENEROS DE ALIMENTACAO	217,62	9.539,85	(97,72)
	MATERIAL QUIMICO	35.819,59	48.876,68	(26,71)
	MATERIAL DE EXPEDIENTE	174.232,81	154.899,69	12,48
	MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	3.818,39	6.936,41	(44,95)
	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	585,12	-	-
	MATERIAL DE COPA E COZINHA	2.528,11	3.869,14	(34,66)
	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	305.322,18	232.886,45	31,10
	MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	4.002,00	70,00	5.617,14
	MATERIAL ELETTRICO E ELETRONICO	4.279,79	9.982,93	(57,13)
	MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	98.200,06	65.440,86	50,06
	MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	1.044,00	1.009,50	3,42
	MATERIAL HOSPITALAR	17.478,56	12.475,85	40,10
	MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS	12.673,44	13.363,98	(5,17)
Total		660.201,67	559.351,34	18,03

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 3, o saldo contábil dos estoques variou positivamente 18,03% ao término de 2022 em relação ao exercício de 2021. Dentre os materiais de consumo que influenciaram na elevação nos saldos dos estoques, pode-se destacar os itens de “Material de Limpeza e Produtos de Higiene”, cujo incremento é de 31,10% no período.

Ademais, os materiais de proteção e segurança também apresentam elevação de saldo em 2022, cerca de 50% em relação ao final do exercício de 2021, o que contribuiu para o aumento no saldo de materiais de consumo.

Nota 04 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Ao término do ano de 2022 a Universidade Federal de Pelotas registrou um saldo aproximado de R\$ 996 milhões relacionados a ativo imobilizado, desse montante, 83,22% estão alocados em bens imóveis e 16,78% em bens móveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado nos exercícios de 2022 e 2021.

Tabela 4 – Imobilizado – Composição R\$ 1,00

IMOBILIZADO	2022	2021	AH%
Bens Móveis	167.301.582,58	164.033.298,45	1,99
(+) Valor Bruto Contábil	181.437.437,23	178.169.153,10	1,83
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-14.135.854,65	-14.135.854,65	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
Bens Imóveis	829.610.947,87	510.715.657,60	62,44
(+) Valor Bruto Contábil	831.309.766,32	518.050.676,69	60,47
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.698.818,45	-7.335.019,09	-76,84
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	996.912.530,45	674.748.956,05	47,75

Fonte: SIAFI 2022.

Com base na tabela 4 houve aumento no saldo do imobilizado da ordem de 47,75%, representando acréscimo líquido de aproximadamente R\$ 322 milhões ao término de 2022 em relação ao exercício de 2021. Esse aumento está associado, sobretudo, com a reavaliação dos bens imóveis, realizada no 4º trimestre de 2022, dado que esse grupo de ativos apresenta variação positiva de 62,44% (cerca de R\$ 318 milhões). Já o saldo dos bens móveis, apresenta variação positiva de 1,99% (cerca de R\$ 3,2 milhões) no período. A seguir, o grupo de bens móveis é melhor detalhado.

Bens Móveis

O saldo dos bens móveis contabilizados no órgão no final de 2022 totaliza um valor bruto de aproximadamente R\$ 181 milhões, saldo 1,99% superior ao contabilizado em 2021. A seguir é discriminada as contas contábeis que compõe os bens móveis.

Tabela 5 – Bens Móveis – Composição – composição R\$ 1,00

Mês Lançamento	2022	2021	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	95.391.135,18	92.956.244,08	2,62
Bens de Informática	35.862.309,95	34.821.012,59	2,99
Móveis e Utensílios	20.884.145,84	20.559.980,95	1,58
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	14.249.848,49	14.015.295,11	1,67
Veículos	9.661.539,52	9.237.852,39	4,59
Peças e Conjuntos de Reposição	1.850,00	1.850,00	0,00
Bens Móveis em Andamento	5.020.256,69	6.218.296,42	-19,27
Armamentos	3.670,01	3.670,01	0,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	111.116,65	105.066,65	5,76
Demais Bens Móveis	251.564,90	249.884,90	0,67
Depreciação / Amortização Acumulada	(14.135.854,65)	(14.135.854,65)	0,00
Total	167.301.582,58	164.033.298,45	1,99

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Em relação a tabela 5, observa-se que a variação positiva de 1,99% no saldo líquido dos bens móveis ao final de 2022 é influenciada principalmente, pela conta “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, cujo saldo apresentou acréscimo patrimonial de aproximadamente R\$ 2,4 milhões ao final do exercício de 2022.

Essa elevação de 2,62% no saldo contábil da conta “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, é atribuída pelos itens contabilizados na conta de equipamentos e utensílio médicos, odontológicos e hospitalar. Nestes itens, registra-se crescimento de cerca de R\$ 1,9 milhão, bens que são oriundos tanto de aquisições diretas, quanto de recebimentos de fundações de apoio sob o regime de comodato.

No tocante aos bens móveis em andamento, conta que reflete os bens em importação, registra-se variação negativa de 19,27%. Essa movimentação está atrelada ao final do processo de importação em andamento, cujo saldo do bem, após apropriação dos demais custos aduaneiros, é permutado para conta contábil do bem. Nesse contexto, o saldo de R\$ 1,1 milhão foi distribuído nas contas de equipamentos, utensílios médicos, odontológico, laboratorial e hospitalar, bem como para equipamentos de tecnologia da informação e comunicação.

No que tange a depreciação dos bens móveis, ainda segue sem variação no período, visto que o sistema patrimonial utilizado pela UFPEL para registro dos bens móveis não efetua o cálculo de depreciação adequadamente. No exercício de 2015 foram registrados os últimos lançamentos de depreciação e nos anos posteriores não houve evidenciação devido as falhas do sistema de registro patrimonial ao gerar as informações de depreciação dos bens móveis.

Em novembro de 2018 o Ministério do Planejamento institui a obrigatoriedade de utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) para todos os órgãos da administração pública federal através da Portaria nº 385, de 28/11/2018, D.O.U 29/11/2018, seção I, página 85. Conforme Portaria, as Autarquias, Fundações e Empresas Públicas têm o prazo de dois anos para implantação do referido sistema. Isso foi reforçado pela Portaria do Ministério da Economia nº 232, de 02/06/2020, que determinou a adoção do sistema até 01/12/2021 para as autarquias, fundações e empresas públicas dependentes.

Em 11 de maio de 2022, o Ministério da Economia por meio da Portaria ME nº 4.378 definiu o prazo máximo de 1º de julho de 2023 para que os órgãos e as entidades que ainda não implementaram o Siads adotem as providências necessárias à sua implantação.

Bens Imóveis

O saldo líquido dos Bens Imóveis da Universidade Federal de Pelotas em 31/12/2022 totaliza aproximadamente R\$ 829 milhões e estão elencados nas contas contábeis demonstradas na tabela a seguir:

Tabela 6 - Bens Imóveis – Composição

Bens Imóveis	2022	2021	R\$ AH%
Bens de Uso Especial	813.638.975,28	495.023.986,98	64,36
Bens Imóveis em Andamento	17.464.042,96	22.278.926,47	(21,61)
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	-	-	-
Instalações	206.748,08	747.763,24	(72,35)
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(1.698.818,45)	(7.335.019,09)	(76,84)
Total	829.610.947,87	510.715.657,60	62,44

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 6, o saldo dos bens imóveis variou positivamente 62,44% em 2022 em comparação ao exercício anterior. Entre as contas de maior relevância neste grupo, destaca-se “Bens de Uso Especial” perfazendo um montante aproximado de R\$ 813 milhões, registrando uma elevação de 64,36% em seu saldo. Esse aumento é oriundo da reavaliação dos imóveis efetuadas no 4º trimestre de 2022, que impactou as contas de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) com Reavaliação de Ativo no montante de R\$ 531 milhões, bem como a Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) com Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas no montante de R\$ 182 milhões. Destaca-se, que o saldo de R\$ 813 milhões com Bens de Uso Especial, refere-se a um total de 47 propriedades entre terrenos, prédios, museus, fazendas, e demais bens imóveis destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPEL.

No que concerne a conta “Bens Imóveis em Andamento”, cujo saldo corresponde as obras em andamento, projetos e instalações, seu valor representa 2,11% do saldo total dos bens imóveis ao final do exercício de 2022. Nesse período, a conta de “Bens Imóveis em Andamento” registrou redução no seu saldo da ordem de 21,61% tendo como principal fator, a baixa contábil de obras em andamento que estavam finalizadas e que foram consideradas no processo de reavaliação dos imóveis mencionado anteriormente.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A UFPEL não avaliou se houve qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo até a data base de 31/12/2022.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Nota 05 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/03/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2022, a UFPEL apresentou um saldo de R\$ 487.348,13 relacionados à bens intangíveis, composto integralmente de softwares.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível.

Tabela 7 – Intangível – Composição R\$ 1,00

UG EXECUTORA	CONTA CONTÁBIL	2022	2021	AH%
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Software com Vida Útil Indefinida	487.348,13	475.598,47	2,47

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

No intangível, destaca-se o item *Software* com Vida Útil Indefinida, que representa 100% do grupo, totalizando 48 softwares com diversas finalidades para instituição. Registra-se ao final do ano de 2022, aumento de 2,47% no saldo de *Software*, ocasionado pela aquisição de três sistemas que totalizam R\$ 11,7 mil. Dentre os softwares registrados neste grupo, o de maior relevância está contabilizado por um montante de R\$ 71.490,00, representando 14,67% do total do grupo e tem como função, o gerenciamento do sistema de bibliotecas.

Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A UFPEL deve avaliar os ativos do intangível quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, deve-se realizar a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. Não foram executados testes de *Impairment* no ativo intangível ao longo do exercício de 2022.



Nota 06 – Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do exercício de 2022, a Universidade Federal de Pelotas apresentou um saldo aproximado de R\$ 8,7 milhões relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo 49,96% do total de obrigações a pagar de longo prazo e 50,04% de curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros, bem como por circulante e não circulante.

Tabela 8 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição - R\$ 1,00

	2022	2021	AH (%)
Circulante	4.364.825,76	1.274.604,83	242,50
Nacionais	4.364.825,76	1.274.384,84	242,50
Estrangeiros	-	219,99	-
Não Circulante	4.358.167,20	4.842.408,00	-10,00
Nacionais	4.358.167,20	4.842.408,00	-10,00
Estrangeiros	-	-	-
Total	8.722.992,96	6.117.012,83	42,60

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

O saldo global dos fornecedores e contas a pagar apresenta elevação de 42,60% ao final do ano de 2022. Esse aumento é influenciado, principalmente pelos fornecedores e contas a pagar de curto prazo, já que demonstraram variação positiva de 242,50% no período, sendo estas obrigações integralmente de fornecedores nacionais. Tal elevação é oriunda da diminuição caixa e equivalente de caixa devido a morosidade nos recebimentos de repasses financeiros efetuados pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do MEC, ocasionando acumulo de passivo.

Cabe destacar a edição do Decreto nº 11.269, de 30 de novembro de 2022, alterando os anexos do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022 - Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF), que por sua vez dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2022. Dentre outros pontos, o novo Decreto reduziu a zero o limite de pagamentos das despesas discricionárias (Anexo II do DPOF) do Ministério da Educação - MEC previsto para o mês de dezembro. Em razão disso, as unidades vinculadas ao MEC somente puderam efetuar pagamentos com os recursos que já possuíam em suas disponibilidades financeiras. Assim, o referido Decreto dificultou a Setorial Financeira/MEC de efetuar novas liberações de recursos para as despesas discricionárias durante o mês de dezembro.

Já nos fornecedores de longo prazo (não circulante) houve redução de 10% no período devido a transferências de parcelas do longo prazo para o curto prazo dos valores a pagar à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica conforme a sua exigibilidade e liquidez.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar no exercício de 2022.

Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante - composição R\$ 1,00

Unidade Gestora	2022	2021	AH%
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	8.096.198,82	6.095.284,05	32,83
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	626.794,14	21.728,78	2.784,63
Total	8.722.992,96	6.117.012,83	42,60

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 9, a unidade gestora UFPEL é responsável por 92,81% do total a ser pago à terceiros, enquanto que o Hospital Escola representa apenas 7,19% dos valores comprometidos com fornecedores e contas a pagar em 2022.

Na UFPEL há saldo de fornecedor de longo prazo referente a dívida formada junto a companhia de energia elétrica no montante aproximado de R\$ 4,3 milhões. Esse montante, corresponde a 54,36% do saldo de fornecedores a pagar. Já os fornecedores de curto prazo a pagar, os maiores saldos estão relacionados ao consumo de energia elétrica e com prestadores de serviços terceirizados, tais como vigilância, execução de reformas prediais, fornecimento de alimentação, bem como limpeza e conservação.

Já no Hospital Escola da UFPEL, o acréscimo de 2.784,63% no saldo de fornecedores é relativo à obra de reforma da cobertura do prédio da “Laneira”, referente a parcelas executadas em dezembro de 2022.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os quatro fornecedores mais significativos e o saldo a pagar ao término do exercício de 2022.

Tabela 10 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor – composição R\$ 1,00

FORNECEDORES	2022	AV (%)
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	4.851.133,98	55,61
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA	626.002,14	7,18
LACO SERVICOS PREDIAIS ESPECIALIZADOS EIRELI	558.531,86	6,40
REFEICOES NORTE SUL EIRELI	486.694,09	5,58
DEMAIS	2.200.630,89	25,22
TOTAL	8.722.992,96	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Em relação aos fornecedores elencados na tabela 10, estes representam 74,77% do total das obrigações a pagar com terceiros, incluindo as obrigações de longo prazo. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELÉTRICA: Fornecimento de energia elétrica no mês de agosto de 2021 e despesa referente a exercícios anteriores conforme termo de acordo de dívida assinado em 08 de novembro 2012, pagamento de 240 parcelas mensais. Saldo de 120 parcelas a pagar;
- (b) LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA - Valor devido ao fornecedor referente a obra de reforma da cobertura do prédio da “Laneira” (4º medição em dezembro 2022), contrato 12/2022;
- (c) LACO SERVICOS PREDIAIS ESPECIALIZADOS EIRELI - Valor devido ao fornecedor referente a obra de reforma do prédio do curso de teatro (9º medição em dezembro 2022 e 1º primeiro aditivo), contrato 19/2021;
- (d) REFEICOES NORTE SUL EIRELI - Valor devido ao fornecedor referente ao fornecimento de refeições aos Restaurantes Universitários do Anglo e Casa do Estudante mês de novembro de 2022, contrato 74/2019;

Nota 07 - Patrimônio Líquido – Ajustes de Exercícios Anteriores

O Patrimônio Líquido ou situação patrimonial líquida pode ser compreendido como a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. Assim, a situação patrimonial líquida pode resultar em um montante positivo ou negativo. Outro ponto a destacar no patrimônio líquido, é o resultado obtido, que deve ser evidenciado o do exercício corrente segregado dos resultados acumulados de exercícios anteriores.

Nesse sentido, ocorrem fatos contábeis que não pertencem ao exercício corrente, para estes há uma conta específica no grupo “Resultados Acumulados” para evidenciar os impactos no patrimônio da entidade denominada “Ajustes de Exercícios Anteriores”. Essa conta, registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Desse modo, a tabela 11 demonstra resumidamente os saldos de ajustes anteriores que impactam a situação patrimonial líquida do órgão.

Tabela 11 – Ajustes de Exercícios Anteriores – R\$ 1,00

SALDO INICIAL 2021	AJUSTES A DÉBITO	AJUSTES A CRÉDITO	SALDO AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
-572.773,49	-11.451.905,50	7.146.072,05	-4.878.606,94

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 11, os ajustes realizados à débito superaram os ajustes à crédito ao término de 2022, resultando em uma redução patrimonial líquida de aproximadamente R\$ 4,8 milhões. Entre os principais fatores atribuídos para esse decréscimo, destaca-se a baixa de saldo contábil de obras em andamento (cerca de R\$ 5,4 milhões), as quais já haviam sido concluídas e que não foram baixadas no processo de reavaliação geral dos imóveis da UFPEL em 2017, ocasionando desse modo, reflexo contábil na conta de ajustes de exercícios anteriores.

Ademais, contabiliza-se reconhecimento de passivos do exercício de 2021 da ordem de R\$ 5 milhões, sendo uma parcela significativa desse montante relativa a serviços terceirizados. Tendo em vista a insuficiência na dotação orçamentária relativa a despesas discricionárias em 2021, uma parcela das dessas despesas tiveram que ser reconhecidas em 2022. Tal situação é percebida na execução do orçamento, no elemento de despesa 92 (Despesas de Exercícios Anteriores), dado que em 2021 o montante empenhado é de R\$ 536 mil, enquanto que no exercício de 2022 esse valor é de R\$ 5,5 milhões.

Nota 08 – Obrigações Contratuais

Em 2022 a Universidade Federal de Pelotas apresenta um saldo aproximado de R\$ 104 milhões relacionados a obrigações contratuais, referente a instrumentos jurídicos que possam provocar alterações no patrimônio do órgão no exercício financeiro corrente e nos exercícios subsequentes. Destaca-se que já houve execução de aproximadamente R\$ 53,7 milhões em obrigações contratuais no ano de 2022, montante 4,03% superior ao registrado no ano de 2021 (R\$ 51,6 milhões).

A seguir, apresenta-se a tabela 12 segregando-se as obrigações contratuais a serem executadas de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 12 – Obrigações Contratuais – Composição

Obrigações Contratuais	2022	2021	(R\$) AH%
Aluguéis	3.485.952,71	6.182.317,46	-43,61
Fornecimento de Bens	4.145.585,29	2.649.430,52	56,47
Seguros	16.040,37	16.220,24	-1,11
Serviços	97.628.741,89	89.497.335,19	9,09
Total	105.276.320,26	98.345.303,41	7,05

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Com base na tabela 12, as obrigações contratuais apresentaram elevação de 7,05% em 2022 em relação ao ano de 2021. Dessas obrigações, destacam-se aquelas relacionadas com Serviços, que representam 92,74% do total das obrigações contratuais assumidas pela UFPEL.

Salienta-se que a elevação de saldo das obrigações contratuais foi influenciada, principalmente, pelos aditamentos de contratos realizados no 4º trimestre referente a serviços de portaria, aquisição de vale transporte para alunos bolsistas, bem como pela celebração de novo contrato de limpeza, instrumentos que contribuíram para um acréscimo bruto de aproximadamente R\$ 11,8 milhões em obrigações contratuais a serem executados nos próximos exercícios.

Ao acompanhar a evolução da execução dos saldos de contratos desde o exercício 2019, pode-se constatar redução no montante efetivamente executado de 26,74% (cerca de R\$ 19,6 milhões). Na tabela a seguir, apresenta-se os valores executados nos últimos 4 anos:

Tabela 13 – Obrigações Contratuais Executadas – Composição R\$ 1,00

Contratos Executados	2022	2021	2020	2019
CONTRATOS DE SEGUROS	1.899,87	1.536,88	4.672,84	6.252,07
CONTRATOS DE SERVICOS	48.826.726,99	47.161.596,83	46.533.046,67	66.495.718,36

CONTRATOS DE ALUGUEIS	3.083.978,06	3.376.369,51	3.977.635,56	4.196.134,30
CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	1.861.946,58	1.123.593,03	1.415.972,53	2.703.280,49
Total	53.774.551,50	51.663.096,25	51.931.327,60	73.401.385,22

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

De acordo com a tabela 13, verifica-se que houve redução de saldo na execução de contratos em todas as categorias no período que compreende 2019 a 2022. Destaca-se a categoria de serviços, que apresenta diminuição de 26,57% (cerca de R\$ 17,6 milhões) no quadriênio.

Na sequência, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com os valores a executar na data base de 31/12/2022.

Tabela 14 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante (R\$)

UNIDADE GESTORA	2022	2021	AH%
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	104.396.695,50	95.367.221,67	9,47
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	863.584,39	2.961.861,50	-70,84
Total	105.260.279,89	98.329.083,17	7,05

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 14 constata-se que a unidade gestora UFPEL é responsável por 99,18% do total contratado, enquanto que o Hospital Escola representa apenas 0,82% dos valores de contratos a serem executados.

Ademais, a unidade gestora UFPEL apresentou elevação de 9,47% no ano de 2022 em comparação com o exercício anterior. Esse aumento de aproximadamente R\$ 9 milhões líquidos no período é atribuído, em especial, pelas obrigações contratuais relativas a serviços, que cresceram cerca de 11,82% no período, oriunda de aditamentos em contratos vigentes, tais como serviços de manutenção predial, fornecimento de alimentação e celebração de novo contrato de vigilância ostensiva, dentre outros.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os fornecedores com os contratos mais significativos, bem como os saldos a serem executados na data base de 31/12/2022.

Tabela 15 – Obrigações Contratuais – Por Contratado – Órgão - R\$

CONTRATADOS	2022	AV (%)
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRI. DE ENERGIA ELÉTRICA	34.691.127,48	32,95
REFEICOES NORTE SUL EIRELI	7.977.962,82	7,58
CONSORCIO DE TRANSP. COLET. PELOTAS	6.547.043,50	6,22
MARSOU ENGENHARIA EIRELI	6.482.225,04	6,16
DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	49.577.961,42	47,09
TOTAL	105.276.320,26	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Em relação aos fornecedores contratados elencados na tabela 15, pode-se afirmar que esses representam 52,91% do valor total de serviços e fornecimento de bens a serem executados. Isso corresponde a um montante de cerca de R\$ 55 milhões de obrigações contratuais que devem ser liquidadas pela UFPEL nos próximos exercícios. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) Companhia Estadual de Energia Elétrica – CNPJ: 08.467.115/0001-00: Fornecimento de energia elétrica, despesa referente a exercícios anteriores. Assinado termo de acordo de dívida em 08 de novembro 2012 pagamento de 240 parcelas, sendo 120 parcelas quitadas até a data de 31/12/2022;
- (b) Refeições Norte Sul Eireli – CNPJ 97.531.702/0001-33: Sétimo aditivo ao contrato 02/2018 e terceiro aditivo ao contrato 74/2019 referente a serviços de alimentação coletiva, vigências: 07/03/2022 a 06/03/2023 e 13/05/2022 a 25/10/2022 respectivamente;

- (c) Consorcio de Transp. Coletivo de Pelotas – 24.011.673/0001-05: Segundo aditamento ao contrato 12/2021, referente a aquisição de vale transporte para alunos bolsistas da UFPEL, vigência: 01/10/2022 a 30/09/2023;
- (d) Marsou Engenharia Eireli – CNPJ 01.278.335/0001-39: Contrato 67/2019 referente ao serviço de obra de reforma e restauro do prédio Grande Hotel, vigência de 720 dias a partir da data de assinatura do contrato, que ocorreu em 23/10/2019.

Nota 09 – Precatórios

Precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) são requisições expedidas pelos tribunais para que os entes públicos (neste caso, a União), façam os pagamentos a que foram condenados nos processos judiciais. Esses valores precisam ser incluídos na Lei Orçamentária Anual para serem pagos. Se requeridos até 1º de julho de cada ano, passam a compor a proposta orçamentária do ano seguinte.

Requisições de Pequeno Valor são obrigações oriundas de decisões judiciais transitadas e julgadas, porém definidas em lei como de pequenos valores e que não se submetem ao mesmo regime de execução dos precatórios. Os créditos de requisições de pequenos valores, assim que transitado e julgado da decisão e definida a quantia certa, deverão ser pagos dentro de um prazo de sessenta dias, conforme dispõe o §3º do art. 100 da Constituição Federal. Já os pagamentos dessas obrigações que ultrapassam o limite para ser considerado “de pequeno valor” (que são os precatórios) são pagos na ordem cronológica de apresentação dos mesmos, podendo, inclusive, ultrapassar o ano em que foram reconhecidos como obrigação.

No âmbito da UFPEL, constava um total de aproximadamente R\$ 21,8 milhões, já atualizados, registrado em “**Precatórios**” até novembro de 2022, sendo 37,30% desse montante relacionado a pessoal e 62,70% com terceiros.

O registro dos precatórios nas autarquias e fundações públicas é feito pelos tribunais regionais federais de cada região. No caso da UFPEL, esse registro é efetuado pelo Tribunal Regional Federal da 4º Região sediado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Em dezembro de 2022, o Tribunal Regional Federal da 4º Região baixou integralmente os saldos de precatórios existentes tanto com pessoal quanto com terceiros.

A seguir, é apresentando a tabela 16 com a composição dos precatórios ao final do exercício de 2022 em relação ao exercício anterior.

Tabela 16 – Composição de Precatórios

	R\$ 1,00		
PRECATÓRIOS	2022	2021	AH %
Precatórios a Curto Prazo			
PRECATORIOS DE PESSOAL – PAGAMENTO 2022	-	15.647.329,84	-100,00
PRECATORIOS DE PESSOAL – PAGAMENTO 2023	-	9.470.776,42	-100,00
PRECATÓRIOS TRF4 - PAGAMENTO 2023	-	-	-
PRECATORIOS DE PESSOAL CANCELADO - LEI 13.463/2017	-	264.626,42	-100,00
PRECATORIOS DE TERCEIROS	-	5.759.751,32	-100,00
PRECATORIOS DE TERCEIROS TRF4 - PAGAMENTO 2023	-	152.175,68	-100,00
Precatórios a Longo Prazo			
PRECATORIOS DE PESSOAL - PAGAMENTO 2023	-	361.414,16	-100,00
PRECATORIOS DE PESSOAL - CANCELADOS LEI 13.463/2017	-	56.579,47	-100,00
PRECATORIOS DE TERCEIROS - PAGAMENTO 2023	-	199.537,40	-100,00
Total		16.264.860,87	

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 16, os saldos de precatórios apresentam redução total no saldo ao término de 2022 em relação ao exercício de 2021. Tal redução é oriunda da transferência desse saldo de passivo para o Tribunal Regional Federal da 4º Região, ocasionando um ganho com desincorporação de passivos observado na Demonstração da Variação Patrimonial.

4.2 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Nota 10 Receitas Correntes

Ao término do exercício de 2022 a UFPEL arrecadou aproximadamente R\$ 2,4 milhões em receitas próprias, valor 64,74% superior ao auferido no exercício de 2021. As principais arrecadações com receitas próprias auferidas pela UFPEL em 2022 são exclusivamente de natureza corrente, com destaque para o grupo “Receita de Serviços”, cujo montante apurado foi de aproximadamente R\$ 1,6 milhão. A seguir é apresentada a tabela 17 com a composição dos grupos de receitas:

Tabela 17 – Receitas– Composição R\$ 1,00

RECEITAS ARRECADADAS DIRETAMENTE	Previsão Atualizada	Receita Realizada	% Receita Realizada
Receita Patrimonial	291.413,00	206.490,65	70,86
Aluguéis e Arrendamentos	267.562,00	176.155,73	65,84
Remuneração de Depósitos Bancários	23.851,00	30.334,92	127,19
Receita Agropecuária	23.256,00	7.920,00	34,06
Receita Agropecuária	23.256,00	7.920,00	34,06
Receitas de Serviços	2.082.705,00	1.696.791,53	81,47
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	594.605,00	422.859,69	71,12
Inscrições em Concursos e Processos Seletivos	1.488.100,00	1.273.921,84	85,61
Serviços de Informação e Tecnologia	39.264,00	0	0,00
Demais Receitas de Serviço	-	10	-
Transferências Correntes	-	173.657,14	-
Outras Receitas Correntes	23.899,00	196.055,31	820,35
Multas e Juros Previstos em Contratos	23.899,00	65.833,80	275,47
Indeniz. Restituições, e Ressarcimentos	-	130.221,51	-
Alienação de Bens	149.290,00	156.700,00	104,96
Alienação de Bens Móveis e Semeoventes	149.290,00	156.700,00	104,96
Transferências de Capital	981.241,00	-	-
TOTAL	3.591.068,00	2.437.614,63	67,88

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 17, realizou-se 67,88% do total da receita prevista para o exercício de 2022. Nesse sentido, destaca-se as receitas correntes oriundas de “Inscrições em Concursos e Processos Seletivos”, que representam maior parcela da arrecadação, com 52,26% do total arrecadado no ano de 2022. Tais receitas estão relacionadas com taxa de inscrições de concursos e processos seletivos para provimento dos cargos de professores substitutos, professores efetivos e técnicos administrativos, entre outros processos de seleção promovidos pela UFPEL.

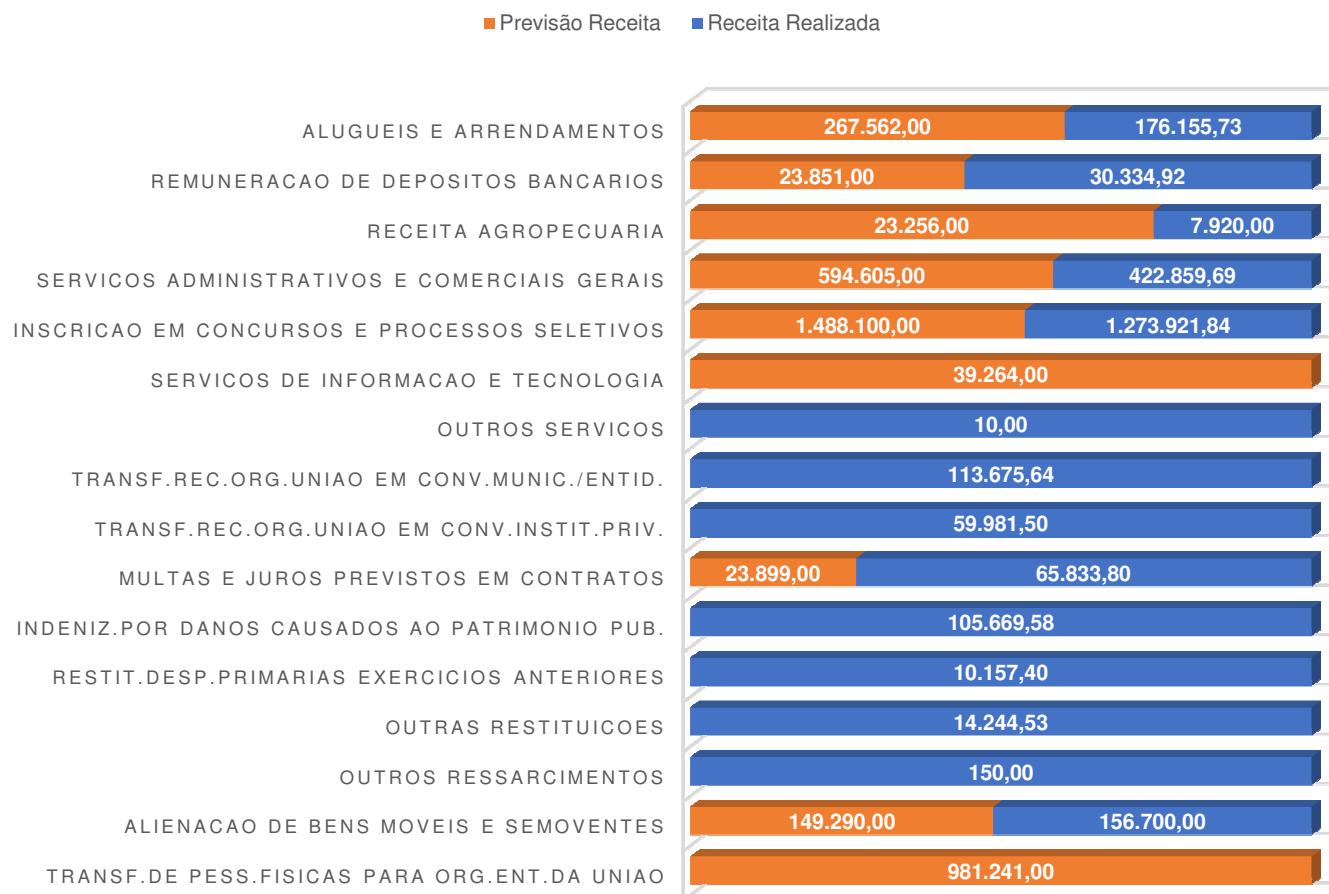
No decorrer do exercício de 2022 foram registradas 20.835 inscrições para os processos seletivos da UFPEL. Esse número é 173,25% superior ao registrado no exercício de 2021, quando foram computadas 7.625 inscrições. Financeiramente, também houve um aumento significativo na arrecadação (R\$ 1,3

milhão), registrando uma variação positiva de 203,15% em 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior, quando registrou-se uma receita de R\$ 431.170,00.

A seguir é apresentado o gráfico demonstrando previsão da receita e realização das receitas orçamentárias por natureza ano exercício de 2022:

Gráfico 1 – Receitas Orçamentárias

RECEITA ORÇAMENTÁRIA - 2022



Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

No gráfico 1 pode ser observado a evolução entre a previsão e realização da receita no ano de 2022. Nesse contexto, observa-se que não houve arrecadação em determinadas naturezas de receitas (frustração de receita). Dentre elas, destaca-se a natureza de receita denominada Transferências de Pessoas Físicas Para Órgão e Entidades da União, cujo montante previsto a ser arrecado no exercício de 2022 é de aproximadamente R\$ 981 mil e que ao final do exercício de 2022, apresenta 100% de frustração na arrecadação dessa receita específica.

A previsão de recebimento desse montante é baseada no produto da alienação de imóveis recebidos por doações de pessoas físicas e que dependem de tramitação judicial para que os valores ingressem no caixa da UFPEL. Cabe destacar, que tal montante (cerca de R\$ 981 mil) já foi previsto em exercícios anteriores e devido a inércia na tramitação judicial para liberação dos valores, resultou em 100% de frustração de receita nos anos em que se incluiu na previsão de arrecadação dessa receita.

Nota 11 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário em 2022 apresenta-se deficitário em aproximadamente R\$ 871 milhões. Isso ocorre devido à metodologia utilizada para cálculo do resultado orçamentário no período, que subtrai as despesas empenhadas pelo órgão das receitas arrecadadas. Como são consideradas “receitas” apenas as receitas que o órgão arrecada diretamente, denominadas como fonte própria, desconsiderando os valores recebidos por transferências intragovernamentais (cerca de R\$ 906 milhões), o Balanço Orçamentário sempre tende a resultar deficitário.

Nota 12 – Despesas Orçamentárias

O valor apurado de despesas empenhadas em 2022 foi de aproximadamente R\$ 873 milhões, isso corresponde a execução de 99,59% da dotação orçamentária atualizada do exercício de 2022. Desse montante empenhado, 99,29% está alocado no grupo de despesas correntes, enquanto que apenas 0,71% está empenhado no grupo de despesa de capital.

Na tabela a seguir é demonstrada a composição da execução das despesas empenhadas em 2022:

GRUPO DE DESPESAS	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	(R\$) Execução%
Pessoal e Encargos Sociais	774.950.024,00	755.779.881,80	97,53
Outras Despesas Correntes	98.700.410,00	111.572.381,94	113,04
Investimentos	3.469.643,00	6.176.735,09	178,02
Total	877.120.077,00	873.528.998,83	99,59

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 18, constata-se que 88,35% do total da dotação orçamentária atualizada pertence a pessoal e encargos sociais. Em vista disso, essa natureza da despesa representa 86,52% do total dos recursos empenhados, enquanto que 12,77% estão destinados a outras despesas correntes e apenas 0,71% do total empenhado está alocado em investimentos.

Dentre as três dotações, destaca-se a denominada Outras Despesas Correntes, utilizada para manutenção e custeio das atividades da universidade, cuja execução atingiu 113,04% da dotação disponibilizada para o exercício de 2022. No tocante ao grupo de pessoal e encargos sociais, a execução é de 97,53% do saldo da dotação orçamentária atualizada. Já no grupo de investimentos, a execução efetuada em 2022 é de 178,02% da dotação atualizada para o exercício.

Tanto o grupo de Outras Despesas Correntes, quanto o grupo de Investimentos empenharam despesas acima de suas dotações atualizadas devido aos recebimentos de créditos orçamentários oriundos de Termos de Execução Descentralizada firmados junto a outros órgãos da Administração Pública Federal, bem como pela abertura de créditos adicionais da ordem de R\$ 8 milhões.

Na tabela a seguir é demonstrada as categorias de gastos com Pessoal e Encargos Sociais empenhadas por natureza de despesa de maior relevância no exercício de 2022:

Tabela 19 – Desp. Empenhadas na Categ. de Gasto Pessoal e Encargos Sociais por Natureza de Despesa composição R\$ 1,00

Natureza Despesa	2022	2021	AH%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	404.161.436,27	398.064.121,06	1,53
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	211.029.698,19	203.853.254,21	3,52
OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	89.258.171,00	90.002.627,08	(0,83)
PENSOES	36.548.302,21	34.132.944,87	7,08
CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	7.377.989,09	7.319.787,21	0,80
SENTENCAS JUDICIAIS	5.074.543,88	7.292.383,47	(30,41)
CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	1.399.291,61	1.291.569,70	8,34
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	516.201,90	465.209,23	10,96



DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	414.247,65	2.010.870,10	(79,40)
TOTAL	755.779.881,80	744.432.766,93	1,52

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 19, observa-se que as despesas empenhadas com a categoria de pessoal e encargos sociais aumentaram em 1,52% no período em relação ao exercício de 2021. Dentre as naturezas de despesa elencadas que contribuiu para esse aumento, destaca-se “Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas”. Essa rubrica apresenta elevação de 3,52% (cerca de R\$ 7,1 milhões) em relação ao exercício anterior. Tal acréscimo, tem influência principal no aumento de despesa empenhadas com o subelemento de proventos, que em 2022 atingiu R\$ 161 milhões, enquanto que no exercício de 2021 o montante registrado é de R\$ 154 milhões.

No que concerne à natureza de despesa associada a Vencimentos e Vantagens Fixas, verifica-se elevação de 1,53% nas despesas empenhadas até o término de 2022 em comparação ao exercício anterior. Esse aumento é influenciado principalmente pela rubrica de gratificação por exercício de cargo efetivo, visto que em 2021 foi registrado saldo empenhado de R\$ 150 milhões, enquanto que no ano de 2022 esse montante é de R\$ 154 milhões.

No tocante ao grupo de despesa denominada “Outras Despesas Correntes”, registra-se variação positiva de 20,65% no valor de despesas empenhadas em 2022 em relação ao período de 2021. Nesse sentido, destaca-se o montante empenhado de 113,04% da dotação orçamentária consignada na LOA de 2022.

A seguir é apresentado à tabela 20 com as principais naturezas de despesas que compõe o grupo “Outras Despesas Correntes”, as quais são empenhadas para assegurar a manutenção e funcionamento da instituição:

Tabela 20 – Outras Despesas Correntes Empenhadas composição R\$ 1,00

NATUREZA DESPESA	2022	2021	AH%
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	26.291.366,57	24.755.781,82	6,20
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	23.022.349,65	16.815.955,67	36,91
AUXILIO-ALIMENTACAO	13.988.349,85	14.031.217,73	(0,31)
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	8.296.210,88	9.888.877,55	(16,11)
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	7.755.422,64	6.370.891,64	21,73
INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.292.525,48	7.355.056,71	(0,85)
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	5.832.234,77	5.485.991,41	6,31
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.548.439,86	536.860,51	933,50
MATERIAL DE CONSUMO	5.122.849,74	4.710.258,16	8,76
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.815.506,85	1.974.091,05	(8,03)
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.146.804,72	791.054,73	44,97
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNIC. - PJ	1.049.340,39	350.403,65	199,47
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.024.421,19	1.125.000,00	(8,94)
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	847.830,71	125.113,08	577,65
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	2.538.728,64	1.173.715,23	116,30
TOTAL	111.572.381,94	95.490.268,94	16,84

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Na tabela 20, destaca-se o valor empenhado com Locação de Mão de Obra perfazendo montante de aproximadamente R\$ 26,2 milhões, valor 6,2% superior ao contabilizado no exercício de 2021. Desse montante, cerca de R\$ 20,7 milhões estão empenhados para atender despesa com apoio administrativo, técnico e operacional e com serviços de vigilância ostensiva.

Em relação a natureza de despesa “Outros Serviços de Terceiros”, o saldo empenhado ao final do exercício de 2022 é 36,91% superior ao de 2021. Esse aumento líquido de R\$ 6 milhões é atribuído, em especial, pelo gasto com fornecimento de alimentação (empenhado R\$ 10,1 milhões), serviço de energia elétrica (empenhado R\$ 4,5 milhões) e manutenção de máquinas e equipamentos (empenhado R\$ 1,1 milhão).

No tocante a natureza de despesa de exercícios anteriores, observa-se elevação de 933,5% em 2022 em relação ao mesmo período do exercício 2021. Esse acréscimo significativo é oriundo de despesas empenhadas, dentre outras, com locação de mão de obra (cerca de R\$ 4 milhões) incorridas no final de 2021, que por insuficiência orçamentária daquele exercício, exigiu-se reconhecimento do passivo no ano corrente com orçamento consignado na LOA de 2022.

A seguir, é apresentado gráfico com a distribuição das principais naturezas de despesas empenhadas no exercício de 2022 no grupo “Outras Despesas Correntes”:

Gráfico 2 – Composição do grupo “Outras Despesas Correntes”



Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base no gráfico 2, cerca de 57% das despesas empenhadas no exercício de 2022 do grupo “Outras Despesas Correntes” estão concentradas nas naturezas de despesas de locação de mão de obra, outros serviços de terceiros pessoa jurídica e auxílio alimentação. Embora a locação de mão de obra apresente aumento de valor empenhado de aproximadamente R\$ 1,5 milhão em 2022 em relação a 2021, sua participação reduziu em 2% no mesmo período. Já a natureza de despesa “outros serviços de terceiros pessoa jurídica, apresenta maior participação em 2022 (21% - cerca R\$ 23 milhões) do que no exercício de 2021 (17% cerca de R\$ 16,8 milhões).

Movimentações Orçamentárias

Na tabela 21 são demonstradas as movimentações orçamentárias da UFPEL no ano de 2022, que abrange além das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), os créditos orçamentários de outros órgãos recebidos através de descentralizações, bem como os repasses efetuados a outros órgãos através das descentralizações concedidas.

Tabela 21 – Movimentação Orçamentária

Unidade Orçamentária	Grupo Despesa	2022								
		Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Descentralizações Recebidas (b)	Descentralizações Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a + b - c - d - e)
INST. NACIONAL DE COLONIZ. E REFORMA AGRARIA	Outras Despesas Correntes			572.077,69		572.077,69	342.077,69	342.077,69		0,00
FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLOGICO	Outras Despesas Correntes			938.348,04		938.348,04	0,00			0,00
	Investimentos			0,00						0,00
INST.NAC. METROLOGIA QUALIDADE E TEC INMETRO	Outras Despesas Correntes			3.600,48		3.600,48	1.800,24	1.800,24		0,00
FUNDACAO ESCOLA DE ADMINISTRACAO PUBLICA-ENAP	Outras Despesas Correntes			4.500,60		4.500,60	4.500,60	4.500,60		0,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	Outras Despesas Correntes			10.927.721,77		10.927.721,77	8.864.669,63	8.864.669,63		0,00
	Investimentos			2.707.838,57		2.707.838,57	229.059,47	229.059,47		(0,00)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Outras Despesas Correntes			18.975,81		18.975,81	12.331,83	12.331,83		0,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	Outras Despesas Correntes			2.457,30		2.457,30	2.457,30	2.457,30		0,00
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Outras Despesas Correntes			4.490,01		4.490,01	1.473,92	1.473,92		0,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	Outras Despesas Correntes			13.897,45		13.897,45	13.023,77	13.023,77		0,00
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Pessoal e Encargos Sociais	716.728.388,00	737.127.406,00		10.718.216,00	720.876.719,17	670.996.809,94	670.996.809,94	0,00	5.532.470,83
	Outras Despesas Correntes	105.207.160,00	96.656.800,00	310.558,00	866.491,89	95.394.176,89	89.078.620,79	89.078.620,79	0,00	706.689,22
	Investimentos	5.149.719,00	3.469.643,00			3.468.896,52	980.796,06	980.796,06	0,00	746,48
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	Outras Despesas Correntes			1.415.389,20		1.415.389,20	1.204.281,83	1.204.281,83		0,00
HOSPITAL DAS CLINICAS DA FUFPEL	Pessoal e Encargos Sociais	40.085.566,00	37.822.618,00			34.903.162,63	32.772.114,02	32.772.114,02	0,00	2.919.455,37
	Outras Despesas Correntes	1.947.339,00	2.043.610,00			1.587.167,75	1.460.887,98	1.460.887,98	0,00	456.442,25

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	Outras Despesas Correntes			1.600,21		1.600,21	1.600,21	1.600,21			0,00
FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Outras Despesas Correntes			187.979,28		187.978,74	134.766,79	134.766,79			0,54
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Outras Despesas Correntes			500.000,00		500.000,00	436.562,67	436.562,67			0,00
Total		869.118.172,00	877.120.077,00	17.609.434,41	11.584.707,89	873.528.998,83	806.537.834,74	806.537.834,74	0,00		9.615.804,69

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Observa-se na tabela 21 que a dotação orçamentária inicial de R\$ 869 milhões passou por alteração, resultando na dotação atualizada de R\$ 875 milhões, acréscimo de 0,92%. Embora registre-se o crescimento na dotação orçamentária, esse aumento refletiu somente no grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” (acréscimo de 2,84%), já os grupos de despesa “Outras Despesas Correntes” e “Investimentos” constata-se retração de 8,13% e 32,62% respectivamente.

No que tange as descentralizações recebidas, essas são superiores as descentralizações concedidas. Em suma, do montante de R\$ 17,6 milhões referente as descentralizações de créditos recebidas, 77,43% são oriundas do Ministério da Educação. Grande parte desse montante (Outras Despesas Correntes) é utilizado para empenhamento de despesas com bolsas de residência médicas pagas a estudantes que atuam no Hospital Escola da UFPEL.

Em relação ao montante aproximado de R\$ 11,5 milhões em créditos orçamentários concedidos, 93,38% desses valores são destaques concedidos ao Tribunal Regional Federal da 4º Região para pagamentos de precatórios tanto de pessoal, quanto de terceiros.

Nota 13 BO – Restos a Pagar

Os Restos a Pagar (RAP) são segregados em Restos a Pagar Não Processado e Restos a Pagar Processados: o primeiro tem seu saldo considerado naquelas despesas orçamentárias que foram empenhadas, mas não passaram pelo estágio da liquidação e o segundo se refere aquelas despesas que foram empenhadas, liquidadas, porém, não passaram ao estágio de pagamento da despesa.

Neste contexto, a Universidade Federal de Pelotas em 2022 registra um montante aproximado de R\$ 75,6 milhões de Restos a Pagar, sendo que 75,76% são referentes a **Restos a Pagar Processados** e 24,24% são de **Restos a Pagar Não Processados**.

A seguir são apresentadas as tabelas que demonstram o valor inscrito em Restos a Pagar, as quais estão segregadas por RP Não Processados e RP Processados e a distribuição dos valores por unidade executora, bem como pelo grupo de despesa.

Tabela 22 – Restos a Pagar Não Processados composição R\$ 1,00

UG Executora	Grupo Despesa	2022						
		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS BLOQUEADOS
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.807.078,32	819.654,22	680.645,42	228.960,79	2.717.126,33	2.717.126,33	0,00
	INVESTIMENTOS	1.908.242,43	10.753.570,39	201.027,53	8.616.035,50	3.844.749,79	3.240.278,09	0,00
	Total	4.715.320,75	11.573.224,61	881.672,95	8.844.996,29	6.561.876,12	5.957.404,42	0,00
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.456,26	2.024.365,14	5.329,44	958.121,20	1.067.370,76	430.218,45	
	INVESTIMENTOS		27.278,91		27.278,91			
	Total	6.456,26	2.051.644,05	5.329,44	985.400,11	1.067.370,76	430.218,45	
Total		4.721.777,01	13.624.868,66	887.002,39	9.830.396,40	7.629.246,88	6.387.622,87	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Com base na tabela 22, observa-se o saldo de empenhos inscritos e reinscritos em Restos a Pagar Não Processados é de R\$ 18,3 milhões, saldo que é 46,62% menor do que o registrado no exercício anterior. Nesse sentido, do saldo total de RP Não Processados do exercício de 2022, cerca de 88% pertence à unidade gestora da UFPEL enquanto que apenas 12% pertencem ao Hospital Escola. No exercício de 2022 foram liquidados cerca de 41,58% do saldo de empenhos inscritos em Restos a Pagar Não Processados.

Quanto ao grupo de despesas em que os saldos estão alocados, observa-se maior concentração no grupo de despesas “Investimentos”. Isso representa um saldo de Restos a Pagar Não Processados de aproximadamente R\$ 12,6 milhões, representando 69,16% do saldo total do órgão com RAP's Não Processados. Destaca-

se, que do montante de RAP's a liquidar do grupo de despesa “Investimentos”, aproximadamente R\$ 8,5 milhões estão concentrados na natureza de despesa de “Obras em Andamento” e cerca de R\$ 45 mil estão em empenhos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente.

Na sequência, é demonstrado a tabela 23 com a composição dos saldos inscritos em Restos a Pagar Processados, segregado por unidade gestora executora e por grupo de despesa.

Tabela 23 – Restos a Pagar Processados composição R\$ 1,00

UG Executora	Grupo Despesa	2022				
		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.849.309,14			49.849.309,14	0,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.343.480,50	66.000,03	60.443,95	2.843.673,30	505.363,28
	INVESTIMENTOS	973.381,66	7.310,75		973.381,66	7.310,75
	Total	54.166.171,30	73.310,78	60.443,95	53.666.364,10	512.674,03
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.462.898,64			2.462.898,64	0,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	607.909,31	21.728,78	20.936,78	607.909,31	792,00
	Total	3.070.807,95	21.728,78	20.936,78	3.070.807,95	792,00
Total		57.236.979,25	95.039,56	81.380,73	56.737.172,05	513.466,03

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Os saldos de empenhos inscritos em RAP's Processados perfazem um montante de aproximadamente R\$ 57,3 milhões, saldo 7,87% superior ao registrado em 2021. Nesse contexto, há uma participação maior do saldo de Restos a Pagar Processados do que os Restos a Pagar Não Processados no montante geral, fato atribuído ao saldo de empenhos inscritos no grupo de despesas “Pessoal e Encargos Sociais”.

Isso ocorre em função da alteração na rotina de emissão de ordens bancárias implementada no início de 2019. Essa modificação sistêmica, ocasiona morosidade no registro do pagamento da folha de pessoal de dezembro. Desse modo, mesmo com a folha de pessoal da competência de dezembro paga no próprio mês, o atraso sistêmico em registrar o fato contábil acarreta em inscrição de valores em Restos a Pagar Processados no grupo de despesa de “Pessoal e Encargos Sociais”, o que reflete também, no saldo contábil de caixa e equivalente de caixa no Balanço Patrimonial. Em vista disso, o saldo é baixado integralmente pelo registro do pagamento somente em janeiro de 2022, conforme demonstrado nas colunas de RAP's Processados Pagos e Restos Processados a Pagar.

No que tange ao saldo na condição de Restos a Pagar Processados a Pagar, destaca-se o grupo de despesa “Outras Despesas Correntes” na unidade executora UFPEL, que registra um montante aproximado de R\$ 513 mil. Grande parte dessa quantia (R\$ 440 mil) está comprometida com despesa relacionadas a transferências voluntárias, especificamente com convênio sob número 882602/2019 firmado junto a Fundação Delfim Mendes Silveira, para executar o curso de Graduação em Medicina Veterinária para beneficiários da reforma agrária, com recursos oriundos do INCRA.

A seguir é apresentada a tabela 24, que demonstra a distribuição do montante dos restos a pagar processados e não processados quanto ao ano de emissão do empenho.

Tabela 24 – Restos a Pagar Processados e Não Processados por ano de emissão de empenho com composição R\$ 1,00

ANO EMISSÃO EMPENHOS	2022			
	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)
2008	1.137,86			1.137,86
2009	18.743,65			18.743,65
2010	17.817,04			17.817,04
2011	239,90			239,90
2013	33.837,68			33.837,68
2014	574,50			574,50
2015	323,40			323,40
2016	792,00			792,00
2018	627,63	269,55		358,08
2019	9.725.421,50	79.203,27	1.541.440,77	8.104.777,46
2020	5.718.797,32	642.535,22	3.275.395,36	1.800.866,74
2021	60.160.352,00	246.375,08	58.307.958,79	1.606.018,13
Total	75.678.664,48	968.383,12	63.124.794,92	11.585.486,44

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 24, pode-se afirmar que do saldo aproximado de R\$ 75,6 milhões de Restos a Pagar Inscritos (Processados e Não Processados), cerca de R\$ 63 milhões já foram pagos, com destaque para os NE inscritos no ano de emissão de 2021, que em 2022 foram quitados mais de R\$ 58 milhões de saldos inscritos em RAP's. Cabe destacar, que cerca de R\$ 52,2 milhões são pagamentos de RAP's relativos a pessoal e encargos sociais.

Embora constate-se significativo percentual de pagamentos de RAP's, cerca de 69,96% do saldo total de R\$ 11,5 milhões de empenhos inscritos em RAP's na condição "a pagar" referem-se a empenhos emitidos em 2019. Esse saldo é oriundo de empenhos inscritos em Restos a Pagar Não Processados, sendo que R\$ 7,4 milhões estão alocados com obras e instalações.

No que tange aos empenhos emitidos em 2008 a 2013, constata-se valores inscritos em Restos a Pagar Processados a Pagar, ainda pendentes de pagamento devido à ocorrência de processos judiciais. Alguns destes valores pendentes de quitação estão distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 30.387,50 para empresa Cisplatur Viagens e Turismo Ltda. processo judicial nº 5003470-92.2012.404.7110/RS;
- R\$ 7.310,75 para empresa Hana Engenharia Ltda. processo judicial nº 5001773-02.2013.404.7110/RS;
- R\$ 33.837,68 para Canguru Plásticos Ltda. processo judicial nº 5004054-28.2013.4.04.7110/RS;

Quanto aos estoques de RAP's inscritos, o órgão vem adotando medidas para diminuição dos mesmos. No gráfico 3 é apresentado a evolução de cancelamento dos saldos de empenhos inscritos em Restos a Pagar:

Gráfico 3 – Cancelamento de Restos a Pagar – valores em R\$



Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com o gráfico 03, no exercício de 2018 foram canceladas aproximadamente R\$ 8,4 milhões de saldo de Restos a Pagar, já em 2019 houve cancelamento de R\$ 5,8 milhões e excetuando-se o exercício de 2022, os cancelamentos não foram superiores a R\$ 700 mil. Tal redução significativa no cancelamento de Restos a Pagar teve como principal fator, a adequação ao Ofício-Circular 12/2018/GAB/SPO/SPO-MEC de 28 de fevereiro de 2018, que menciona a determinação contida no Acórdão 2823/2015-TCU-Plenário, solicitando justificativas para a manutenção dos estoques de Restos a Pagar.

Em 2020, com base no art. 68 do Decreto 93.872/1986 os saldos de empenhos emitidos em 2018 inscritos em Restos a Pagar foram bloqueados em 30 de junho de 2020. Ao término do exercício de 2020, cerca de R\$ 317 mil de saldo de empenhos inscritos RAP's foram cancelados.

Em 30/06/2022 os empenhos emitidos em 2020 inscritos e restos a pagar não processados a liquidar foram bloqueados, correspondendo a cerca de R\$ 1,7 milhão. Contudo, em virtude de alguns empenhos de restos a pagar enquadrarem-se nos § 4º e § 5º do art. 68 do Decreto 93.872/1986, houve desbloqueio de cerca de R\$ 1,2 milhões. Desse montante, cerca de R\$ 1,1 milhão é referente a investimentos com obras e instalações. Assim, com o desbloqueio dos saldos inscritos em restos a pagar, sua execução pode ser efetuada até o término do exercício seguinte, ou seja, até 31/12/2023.

4.3 Notas Explicativas do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas extraorçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transfere para o início do exercício seguinte.

Nota 14 - Ingressos

As Receitas Orçamentárias arrecadadas pela UFPEL são integralmente vinculadas, isto é, as fontes de recursos são identificadas pelos mecanismos de fonte / destinação de recursos, que indicam como são financiadas as despesas orçamentárias.

A seguir, a tabela 25 evidencia as receitas orçamentárias classificadas quanto a categoria econômica, fonte de recursos, origem da receita e espécie da receita;

Tabela 25 – Receitas Orçamentárias – Composição R\$ 1,00

CATEGORIA ECONÔMICA	FONTE RECURSOS	ORIGEM RECEITA	ESPÉCIE RECEITA	2022		
				RECEITA ORÇAMENTARIA (BRUTA)	DEDUÇÕES DA RECEITA	RECEITA ORÇAMENTARIA (LIQUIDA)
RECEITAS CORRENTES	CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	2.300,91		2.300,91
	DOAC.PESSOAS FÍSICAS E INSTIT.PUB.E PRIV.NAC.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	59.981,50		59.981,50
	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	95,00		95,00
	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	RECEITA PATRIMONIAL	EXPLORACAO PATRIMONIO IMOBILIARIO DO ESTADO	176.155,73		176.155,73
		RECEITA AGROPECUARIA	RECEITA AGROPECUARIA			
		RECEITA AGROPECUARIA	RECEITA AGROPECUARIA	7.920,00		7.920,00
		RECEITA DE SERVICOS	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	1.722.988,53	(26.207,00)	1.696.781,53
			OUTROS SERVICOS	10,00		10,00
		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS			
		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	MULTAS ADMINISTRAT., CONTRATUAIS E JUDICIAIS	65.833,80		65.833,80
			INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	123.377,33	(1.493,22)	121.884,11
			DEMAIS RECEITAS CORRENTES			
	REC.VINC.A APLIC.EM OUTRAS POLITICAS PÚBLICAS	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	2.004,71		2.004,71
	REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECÍFICAS	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	691,62		691,62
	RECURSOS DE CONVENIOS	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	TRANSF.DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	113.675,64		113.675,64
	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	3.245,16		3.245,16
	RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	RECEITA PATRIMONIAL	VALORES MOBILIARIOS	30.334,92		30.334,92

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

As receitas orçamentárias arrecadadas diretamente pelo órgão são denominadas “receitas próprias”, ou seja, não consideram as transferências financeiras recebidas da setorial financeira do MEC para execução de despesas orçamentárias. Essas, são mais bem evidenciadas no balanço financeiro, no grupo “Transferências Financeiras Recebidas”.

Nesse contexto, registra-se acréscimo de 56,24% no ingresso da receita orçamentária líquida no exercício de 2022 em relação ao exercício de 2021. Quanto à destinação dessas receitas arrecadadas, pode-se afirmar que são integralmente vinculadas como mencionado anteriormente, isto é, existe a vinculação entre a origem e aplicação do recurso. Já a fonte de recurso de recursos próprio de livre aplicação se destaca das demais, representando 84,86% da fonte de recurso originária da receita orçamentária.

Dentre as receitas arrecadas em 2022, pode-se destacar a receita da espécie “Serviços Administrativos e Comerciais Gerais”, que apresentou acréscimo de 90,70% em relação ao exercício de 2021. Essas receitas, além de abranger os ingressos financeiros oriundos de serviços administrativos e comerciais gerais, tem como principal espécie de receita, a arrecadação com taxas de inscrição em concurso e processos

seletivos, que estão detalhados no Balanço Orçamentário no item “Receitas Correntes” já reportado anteriormente.

No que tange as transferências financeiras recebidas, essas refletem as movimentações entre Órgãos Federais da Administração direta ou indireta. A seguir, a tabela 26 detalha os movimentos financeiros por fonte de recursos destinados para atendimento da execução orçamentária.

Tabela 26 – Transferências Financeiras por fonte de recurso composição R\$ 1,00

Fonte Recursos	2022					
	REPASSE RECEBIDO	SUB-REPASSE RECEBIDO	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	DEMAIS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	Total
NAO SE APLICA					261.892,27	261.892,27
RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APPLICACAO	605.757.707,24	36.516.033,99	5.800.872,12			648.074.613,35
FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE						
RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO						
COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	9.334.574,65		169.443,60	397.819,93		9.901.838,18
TITULOS DE RESPONSAB.DO TN-OUTRAS APPLICACOES			1.321.932,81			1.321.932,81
REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APPLICACAO		10.226,30				10.226,30
RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	8.102.219,36		429.091,63			8.531.310,99
REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	140.984,46					140.984,46
CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB						
CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	236.943.316,41	265.484,65				237.208.801,06
OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS						
OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	342.077,69					342.077,69
RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	3.600,48					3.600,48
REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	0,00					0,00
RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APPLICACAO	36.829,88		1.150.764,11			1.187.593,99
TOTAL	860.661.310,17	36.791.744,94	8.872.104,27	397.819,93	261.892,27	906.984.871,58

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Os saldos de valores recebidos por transferências financeiras em 2022 apresentam variação positiva de 1,29% em relação ao exercício anterior, o que corresponde a um acréscimo de aproximadamente R\$ 11,5 milhões. Esse grupo de contas representa a principal entrada financeira da UFPEL, correspondendo a 87,76% do total de ingressos monetários do Órgão contabilizados ao final do exercício de 2022.

Por outro lado, destaca-se a diminuição de 48,69% no recebimento de transferências financeiras para pagamento de Restos a Pagar. Essa retração de aproximadamente R\$ 8,4 milhões em relação à 2021 é atribuída, em especial, pela diminuição de liquidações de restos a pagar não processados no período, dado que o saldo liquidado em 2022 é de aproximadamente R\$ 7,6 milhões, enquanto em 2021 esse valor é de R\$ 20 milhões, o que pode ser observado no Balanço Orçamentário, em Restos a Pagar Não Processados.

Em relação a destinação da receita orçamentária recebida por transferências, 71,45% do saldo são de fontes de recursos ordinários, cuja alocação entre a origem e aplicação dos mesmos é de livre aplicação, sem destinação específica, ou seja, não estão vinculadas a nenhum órgão ou programação específica.

Os recursos extraorçamentários levam em considerações a inscrição dos restos a pagar. Esses, tem a função de compensar a despesa orçamentária imputada como realizada, porém, não paga no exercício de emissão do empenho, conforme dispõe o art. 103 da lei 4.320/1964. Logo, os valores que tratam dos recebimentos extraorçamentários em relação aos restos a pagar estão vinculados aos créditos orçamentários empenhados e créditos orçamentários liquidados a pagar.

A tabela a seguir evidencia os principais ingressos por Recebimentos Extraorçamentários e sua composição quanto ao grupo de despesa:

Tabela 27 – Recebimentos Extraorçamentários – Inscrições dos Restos a Pagar composição R\$ 1,00

RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	Grupo Despesa	2022	2021	AH%
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000.381,26	2.813.534,58	77,73
	INVESTIMENTOS	4.600.763,53	1.908.242,43	141,10
	Total	9.601.144,79	4.721.777,01	103,34
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	52.010.957,84	52.312.207,78	(0,58)
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.012.945,43	3.092.576,98	62,10
	INVESTIMENTOS	366.116,03	33.790,23	983,50
Total		57.390.019,30	55.438.574,99	3,52
Total		66.991.164,09	60.160.352,00	11,35

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Na tabela 27 observa-se uma variação positiva de 11,35% no exercício de 2022 em relação ao exercício de 2021, ou seja, apresenta uma elevação na inscrição Restos a Pagar de aproximadamente R\$ 6,8 milhões. Nesse contexto, 85,67% do total dos recebimentos extraorçamentários estão relacionados com a inscrição de RP Não Processados, em especial, os créditos destinados a atender despesa com “Pessoal e Encargos Sociais”, cujo saldo apresenta redução de 0,58%. Entretanto, importa esclarecer que esses créditos liquidados com pessoal e encargos sociais já foram pagos em dezembro de 2022, contudo, o SIAFI efetua a baixa desse montante somente em janeiro de 2023.

Nota 15 – Dispêndios

Na tabela a seguir são demonstradas as despesas orçamentárias por fonte de recursos e ação de governo:

Tabela 28– Despesas orçamentárias composição R\$ 1,00

Fonte Recursos	Ação Governo	DESPESAS EMPENHADAS		
		2022	2021	AH%
RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	753.546,87	1.842.547,02
	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	3.072.092,17	43.244.872,90
	0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	1.415.389,20	1.437.958,90
	0536	BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLACA	343.867,20	
	09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	87.932.323,40	81.558.336,72
	15R3	APOIO A CONSOLIDACAO, REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INST	2.084.906,32	
	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE		400,05
	2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	7.232.703,02	
	20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	1.936.000,00	1.220.235,00
				58,66



	20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E		19.598,95	(100,00)
	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	53.922.023,27	46.149.912,53	16,84
	20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	419.754.720,88	316.066.615,31	32,81
	20U9	DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIAS DE AGENTES PUBLICOS	4.500,60	2.800,28	60,72
	212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	16.840.321,31	15.226.983,30	10,60
	216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	20.000,00	22.679,00	(11,81)
	219A	PISO DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	15.664,40		-
	219H	OPERACAO E MANUTENCAO DA BARRAGEM E DA ECLUSA DO CANAL SAO G	500.000,00	192.338,00	159,96
	4002	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	13.630.095,29	10.763.413,00	26,63
	4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	311.124,44	302.391,96	2,89
	8282	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E	2.692.475,00	2.313.967,00	16,36
	00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	8.553.739,89	4.526.720,48	88,96
COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	15R3	APOIO A CONSOLIDACAO, REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INST	622.932,25		-
	20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	1.620.435,01	363.546,22	345,73
	4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	1.600,21		-
	00PW	CONTRIBUICOES A ENTIDADES NACIONAIS SEM EXIGENCIA DE PROGRAM	62.337,00	50.484,68	23,48
REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APPLICACAO	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	2.075.723,16	1.854.245,10	11,94
	20U9	DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIAS DE AGENTES PUBLICOS		2.800,28	(100,00)
	20VF	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		8.000,00	(100,00)
	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	8.102.219,36	85.924.035,45	(90,57)
RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	0536	BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLACA		409.386,49	(100,00)
	09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O		7.146.831,90	(100,00)
	2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR		7.313.264,61	(100,00)
	20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO		32.243.304,64	(100,00)
	212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI		1.308.131,71	(100,00)
	219A	PISO DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	140.984,46	172.314,34	(18,18)
REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	21CE	IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE		625.000,00	(100,00)
	8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A		148.332,83	(100,00)
CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO		36.583.673,18	(100,00)
REC.PROP.DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR.PUB.	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	149.290,00		-
CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	236.918.525,99	53.430.845,00	343,41
OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	2095	FOMENTO A PROJETOS DE IMPLANTACAO, RECUPERACAO E MODERNIZACA	938.348,04		-
OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	210T	PROMOCAO DA EDUCACAO DO CAMPO	342.077,69		-
RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	3.600,48		-



	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	23.851,00	49.495,00	(51,81)
RECURSOS DE CONVENIOS	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	241.265,04		-
REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	0,00	1.277.600,68	(100,00)
RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO		20.325.121,83	(100,00)
	20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	149.251,00		-
	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	799.755,00	199.501,33	300,88
	20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO		67.909.130,00	(100,00)
	210T	PROMOCAO DA EDUCACAO DO CAMPO	230.000,00	500.000,00	(54,00)
	219A	PISO DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	31.329,88		-
DOAC.PESSOAS FISICAS E INSTIT.PUB.E PRIV.NAC.	20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	49.200,00		-
	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	10.780,00	32.800,00	(67,13)
Total			873.528.998,83	842.769.615,67	3,65

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

De acordo com a tabela 28, as despesas orçamentárias apresentam variação positiva de 3,65%, influenciadas principalmente, pelos recursos vinculados (aplicação dos recursos é definida em lei), cujo aumento computado ao final de 2022 é de 11,30% em relação ao exercício de 2021. Tal acréscimo é atribuído pelos dispêndios com a Previdência Social do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Por outro lado, o montante das despesas ordinárias (livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos) registra baixa variação no período, apenas 0,72% (cerca de R\$ 4,3 milhões). Contudo, as despesas ordinárias representam 59,38% dos dispêndios computados ao término do exercício de 2022.

Embora as despesas orçamentárias empenhadas com recursos ordinários sejam de livre aplicação, têm como principal ação de governo, os ativos civis da união (ação governo 20TP), que correspondem a 48,05% do total das despesas orçamentárias de 2022. Nesse contexto, as despesas com a ação de governo 20TP - ativos civis da união registram 32,81% de aumento no período, fato que está associado a origem dos recursos, que em 2021 foi financiada por duas fontes de recursos (R\$ 32 milhões de Recursos Livres da Seguridade Social e R\$ 67,9 milhões de Recursos Financeiros de Livre Aplicação) além da fonte de Recursos Primários de Livre Aplicação (R\$ 316 milhões). No exercício de 2022, a referida ação de governo foi integralmente financiada com Recursos Primários de Livre Aplicação.

No que tange a ação de governo relacionadas com as “Aposentadorias e Pensões Civis da União”, destaca-se o aumento de aproximadamente R\$ 8,5 milhões no período. Esse gasto em 2022 é financiado por três fontes de recursos, a principal é a Contribuição Patronal Para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público (R\$ 236 milhões) seguida de Recursos Livres da Seguridade Social (R\$ 8 milhões) e Recursos Primários de Livre Aplicação (R\$ 3 milhões). Em 2021, além das fontes de recursos citadas, a referida ação de governo era financiada por mais duas fontes, Contribuição do Servidor Para o Plano de Seguridade Social do Serviço Público e Recursos Financeiros de Livre Aplicação.

Transferências Financeiras Concedidas

As transferências financeiras concedidas representaram 3,66% do dispêndio da UFPEL e são impactadas principalmente pelas execuções orçamentárias, através dos sub-repasses concedidos entre as unidades gestoras da UFPEL e Hospital Escola. Esses sub-repasses efetuados entre a UFPEL e o HE, em geral, têm a finalidade de propiciar o pagamento da folha de pessoal, visto que o recurso financeiro é recebido na unidade UFPEL e posteriormente é sub-repassado ao Hospital Escola. Nesse sentido, ocorre o equilíbrio financeiro, já que é uma operação entre contas do mesmo órgão como podemos observar no Balanço Financeiro, cujo valor de R\$ 36.791.744,94 é o mesmo para as contas “Sub-repasse Concedido” e Sub-repasse Recebido”.

Pagamentos Extraorçamentários

Os dispêndios extraorçamentários compreendem aqueles pagamentos que não se submetem ao processo da execução orçamentária. Dentre esses, os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores compreendem tais dispêndios e representam 6,11% do total do desembolso financeiro do órgão no ano de 2022.

No que tange ao pagamento de Restos a Pagar Processados, destaca-se a importância de R\$ 56,7 milhões pagos em 2022, montante 6,94% superior ao do contabilizado no ano exercício anterior. Cabe ressaltar, que grande parte desse montante está associado a inscrição de RAP's do grupo de despesa de "Pessoal e Encargos Sociais". Isso ocorre devido alteração na rotina de emissão de ordens bancárias estabelecida no fim de 2018. Em vista disso, o registo do pagamento da folha de pessoal da competência de dezembro de 2021 é refletido em janeiro de 2022.

Nos desembolsos relacionados ao Restos a Pagar Não Processados, observa-se redução significativa de 64,99% ao término de 2022 em relação ao exercício anterior. Isso é atribuído, em geral, a uma menor liquidação de empenhos inscritos em restos a pagar, como já observado no Balanço Orçamentário. Desse modo, a redução de R\$ 11,8 milhões nas liquidações desses empenhos contribuiu para diminuição do saldo de desembolsos com pagamentos extraorçamentários.

Resultado Financeiro

Segundo a lei 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstrará as receitas e despesas orçamentárias, bem como recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentárias, conjugados com os saldos em espécie do exercício anterior e os que se transfere para o exercício seguinte. Com base nesse conceito, o resultado financeiro apresentado no Balanço Financeiro ao término do exercício de 2022 é superavitário em R\$ 2.379.029,97. No entanto, este resultado não deve ser entendido como superávit financeiro do período, dado que esta apuração é obtida no Balanço Patrimonial.

3.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 16 - Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

As Variações Patrimoniais Aumentativas em 2022 totalizaram um montante aproximado de R\$ 1,5 bilhão, valor 52,81% superior ao apurado no mesmo período do ano anterior. Essa elevação é atribuída pelo ganho com reavaliação de ativos, especificamente dos bens imóveis, que passaram pelo processo de reavaliação, gerando valorização patrimonial líquida de aproximadamente R\$ 349 milhões. Tal procedimento é amparado pela Portaria Conjunta 703 da STN Secretaria do Tesouro Nacional e SPU – Superintendência do Patrimônio da União de 10 de dezembro de 2014, a qual estabelece procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias, e fundações públicas federais.

Dentre o grupo de contas contábeis que compõe a VPA, pode-se destacar "Transferências e Delegações Recebidas", que perfaz um saldo de R\$ 911 milhões no exercício de 2022, saldo 1,27% inferior ao contabilizado em 2021. Neste grupo são registrados os valores financeiros recebidos através de repasse e sub-repasses dos órgãos do MEC e de outros ministérios do governo federal, refletindo contabilmente na conta "Caixa e Equivalente de Caixa" no Balanço Patrimonial. Esses recursos viabilizam os pagamentos das despesas orçamentárias e extraorçamentárias da UFPEL no decorrer do exercício.

Também pode-se salientar neste grupo de contas, as "Transferências Intragovernamentais", que são oriundas de repasses e sub-repasses recebidos para execução da despesa orçamentária. A seguir é apresentada a tabela com a composição desse grupo de contas por unidade gestora:

Tabela 29 – Transferências Intragovernamentais por Unidade Gestora Executora – composição R\$ 1,00

Unidade Gestora Executora	2022	2021	AH%
UG 154047 Fundação Universidade Federal de Pelotas	860.456.748,25	845.863.094,39	1,73
UG 154145 Hospital Escola da UFPEL	46.528.123,33	49.549.394,29	-6,10

Total	906.984.871,58	895.412.488,68	1,29
--------------	-----------------------	-----------------------	-------------

Fonte: SIAFI 2022.

De acordo com a tabela 29, a maior parte das Transferências Intragovernamentais concentra-se na unidade gestora da UFPEL, representando 94,87% do total das receitas recebidas com transferências, enquanto a unidade gestora Hospital Escola representa apenas 5,13% ao fim do exercício de 2022. Tais transferências geram contrapartida na conta contábil do ativo no Balanço Patrimonial, denominada “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento”, que são segregados em diversas fontes de recursos para atender despesas de custeio, pagamento de pessoal, contribuições previdenciárias, investimentos dentre outras despesas obrigatórias e discricionárias da UFPEL.

A unidade gestora executara UFPEL registra aumento de 1,73% (R\$ 14,5 milhões) no montante de transferências intergovernamentais recebidas em 2022 em relação ao ano anterior. Isso é atribuído principalmente, pelos recebimentos de repasses de recursos primários de livre de aplicação, cujo aumento é de 23,80% no período, dado que o saldo registrado na referida fonte em 2022 é de R\$ 648 milhões, enquanto que no exercício de 2021 o saldo é R\$ 523 milhões.

Na tabela 30 é apresentado o grupo das principais contas que compõe o grupo de Transferências e Delegações Recebidas:

Tabela 30 – Transferências e Delegações Recebidas – Composição – R\$ 1,00

CONTA CONTÁBIL	2022	2021	AH%
REPASSE RECEBIDO	860.661.310,17	835.271.094,54	3,04
SUB-REPASSE RECEBIDO	36.791.744,94	41.739.351,01	(11,85)
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	8.872.104,27	17.290.135,82	(48,69)
DEMAIS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	397.819,93	9.880,00	3.926,52
MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	261.892,27	1.102.027,31	(76,24)
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	113.675,64	-	-
TRANSF. INSTIT. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	59.981,50	32.800,00	82,87
TRANSF. INSTIT. PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	-	13.590,00	(100,00)
DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	4.680.332,54	28.083.074,52	(83,33)
Total	911.838.861,26	923.541.953,20	(1,27)

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Em relação à tabela 30, a conta “Repasse Recebido” é a principal conta no grupo de “Transferências e Delegações Recebidas”, representando 94,39% dos valores recebidos. A maior parte deste montante corresponde a recursos financeiros oriundos da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC. Esses, por sua vez, impactam a conta “Caixa e Equivalente de Caixa” no Balanço Patrimonial de modo a fazer frente ao pagamento de despesas discricionárias e obrigatórias da UFPEL.

No exercício de 2022, o saldo de Repasses Recebidos apresentou aumento de 3,04% em relação ao ano de 2021, gerando variação positiva de R\$ 25 milhões. Por outro lado, o grupo de contas “Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar” é observado retração de 48,69% em relação ao mesmo período do ano anterior. Acerca disso, pode-se atribuir a diminuição de empenhos inscritos em restos a pagar não processados a liquidar, cujo saldo liquidado em 2022 foi cerca de R\$ 12,4 milhões menor que no ano de 2021. Logo, uma menor liquidação desses empenhos inscritos em restos a pagar, enseja menor repasse financeiro para quitação desses passivos.

No que tange ao grupo de contas “Doação/Transferências Recebidas” houve variação negativa de 83,33% no exercício de 2022 em relação ao ano anterior. Essa diminuição ocorreu devido ao volume de transferências de bens recebidos da unidade do Hospital Escola em 2021, em especial, o imóvel situado na Av. Almirante Guilhobel nº 221. Tendo em vista a finalização da construção do prédio (Bloco 3 Oncologia do Hospital Escola), houve a necessidade de transportar o saldo de R\$ 21,8 milhões para unidade gestora da UFPEL, situação que exigiu lançamentos contábeis para evidenciar a movimentação entre as unidades gestoras (Hospital Escola e UFPEL). Para tal, utilizou-se as contas de VPD e VPA de doação concedida e doação recebida.

Ademais, o saldo de doações recebidas é formado por bens móveis doados ou recebidos em comodato de órgãos da administração pública federal como a Receita Federal do Brasil e Polícia Rodoviária Federal, bem

como por entidades sem fins lucrativos como a Fundação Delfim mendes Silveira, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), Fundação de Apoio Universitário, dentre outras. Nesse contexto, destaca-se o montante de R\$ 3 milhões recebidos em doações/transferências, sendo 26,02% (R\$ 781 mil) oriundas da Fundação Delfim Mendes.

Nota 17 - Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) atingiram um montante aproximado de R\$ 1,1 bilhão ao final do exercício de 2022, saldo 21,75% superior ao do contabilizado no ano de 2021. Destaca-se como principal fator para essa elevação, o saldo do grupo de contas “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” que atingiu R\$ 236 milhões no exercício de 2022.

No tocante a VPD relacionada com o grupo de contas de “Pessoal e Encargo”, apresentou variação positiva de 0,91% (cerca de R\$ 4,8 milhões) no ano de 2022 em relação ao exercício anterior. No mesmo sentido, os gastos com Benefícios Previdenciários e Assistências registraram aumento de 2,75% (cerca de R\$ 6,9 milhões) no período. Esses grupos de contas são descritos com maior detalhamento na sequência.

A tabela 31 demonstra a VPD com as contas contábeis mais representativas do grupo Pessoal e Encargos Sociais:

Tabela 31 – VPD Pessoal e Encargos Sociais composição R\$ 1,00

CONTA CONTÁBIL	2022	2021	AH%
GRATIFICACOES	164.181.988,00	161.057.681,58	1,94
VENCIMENTOS E SALARIOS	152.751.660,66	154.500.049,12	(1,13)
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS - INTRA	87.924.135,57	88.682.204,87	(0,85)
FERIAS - RPPS	39.607.540,17	39.213.200,56	1,01
13. SALARIO - RPPS	30.009.938,46	30.053.523,21	(0,15)
AUXILIO ALIMENTACAO	13.989.070,17	14.035.339,10	(0,33)
SENTENCAS JUDICIAIS - PESSOAL ATIVO RPPS	11.981.396,50	12.499.267,72	(4,14)
ABONOS	6.138.247,98	6.136.928,44	0,02
VENCIMENTOS E SALARIOS - CDT	6.133.721,12	5.964.325,32	2,84
ADICIONAIS	4.796.528,10	1.526.001,22	214,32
CONTRIBUICAO PARA O PASEP S/ FOLHA PAGAMENTO	4.173.267,10	4.141.928,99	0,76
CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	2.883.786,72	2.598.093,01	11,00
OUTRAS VPD'S PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.092.159,60	4.454.750,79	14,31
TOTAL	529.663.440,15	524.863.293,93	0,91

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 31, o grupo de contas “Pessoal e Encargos Sociais” em 2022 registra aumento no saldo de 0,91% em relação ao ano de 2021. Essa elevação teve como influência principal, o aumento de despesas com gratificações, dado que a variação positiva apurada nessa rubrica é de 1,94%, ou seja, R\$ 3,1 milhões a mais do que no exercício de 2021. Ademais, a rubrica de gratificações é a mais representativa do grupo Pessoal e encargos Sociais, corresponde a 31% do total das despesas de Pessoal e Encargos Sociais registrados em 2022.

As Gratificações englobam as funções por exercício de cargo, por exercício de funções, tempo de serviço, incentivo a qualificação, exercício de cargo em comissão entre outras. Dentre elas, a Retribuição por Titulação (RT) é a mais significativa que compõe essa natureza de gasto, atingindo um montante de R\$ 125 milhões no período, valor 2,82% superior ao registrado no ano de 2021. As gratificações RT são aquelas devidas aos docentes da carreira do Magistério Superior em conformidade com a jornada de trabalho, classe, nível e titulação comprovada.

A rubrica de adicionais, que são valores pagos a título de periculosidade, insalubridade, variável por plantão hospitalar, dentre outros, apresenta uma variação positiva de 214,32% (cerca de R\$ 3,2 milhões) no exercício de 2022 em relação ao exercício de 2021. Isso ocorre devido ao aumento de gastos com adicionais de insalubridade, que no ano de 2021 é registrado R\$ 762 mil para essa rubrica, enquanto que em 2022 o montante atingiu R\$ 4 milhões.

Outro grupo de contas que impacta significativamente as Variações Patrimoniais Diminutivas, é “Benefícios Previdenciários e Assistências. Tal grupo de contas, representa 17,14% das VPD’s incorridas até o término de 2022, com montante de aproximadamente R\$ 261 milhões.

A seguir é apresentada a tabela 32, com as principais contas que compõe o saldo do grupo “Benefícios Previdenciários e Assistências” em 2022.

Tabela 32 – VPD Benefícios Previdenciários e Assistências composição R\$ 1,00

Conta Contábil	2022	2021	AH%
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	168.495.205,81	161.967.633,57	4,03
GRATIFICACOES	17.795.444,45	18.004.251,15	(1,16)
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL16/91	16.081.848,44	15.288.563,49	5,19
SENTENCAS JUDICIAIS - APOSENTADORIAS RPPS	11.757.586,21	15.418.075,60	(23,74)
PENSOES CIVIS	33.448.268,05	31.802.260,35	5,18
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL – PENSIONISTAS	2.848.965,09	2.701.218,01	5,47
SENTENCAS JUDICIAIS - PENSOES RPPS	2.707.642,82	712.199,06	280,18
PENSOES INDENIZATORIAS - LEGISLACAO ESPECIAL	343.867,20	409.386,49	(16,00)
AUXILIO FUNERAL	314.459,84	419.760,18	(25,09)
AUXILIO NATALIDADE	33.621,75	30.655,13	9,68
ASSISTENCIA A SAUDE	7.232.036,16	7.312.699,31	(1,10)
Total	261.058.945,82	254.066.702,34	2,75

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 32, esse grupo de VPD apresenta elevação de 2,75% em 2022, o que corresponde um impacto de aproximadamente R\$ 6,9 milhão em relação ao exercício anterior. Essa elevação é influenciada, principalmente, pela conta de “Proventos – Pessoal Civil” e “Sentenças Judiciais Pensões RPPS”, dado que a variação positiva registrada no período é de 4,03% e 1,04% respectivamente. Isso pode ser justificado pelo aumento de número de ingressantes nos grupos de inativos e pensionistas em 2022, já que se observa acréscimo de 2,92% para servidores inativos e 2,19% para pensionistas em comparação com ano de 2021.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

O grupo de contas contábeis “Uso de Bens, Serviços e Cons. de Capital Fixo”, compreende o somatório das Variações Patrimoniais Diminutivas com manutenção e operação do órgão, excetuando as despesas com pessoal e encargos, que são registradas em grupos específicos, como já demonstradas anteriormente na presente nota explicativa.

A seguir é apresentada a tabela com as principais contas que compõe o grupo “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo”.

Tabela 33 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – composição R\$ 1,00

CONTA CONTÁBIL	2022	2021	AH%
SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E OPERACIONAL	29.731.600,40	29.514.882,33	0,73
SENTENCAS JUDICIAIS - SERVICOS TERCEIROS - PF	10.384.483,66	6.241.693,84	66,37
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	9.094.277,19	8.109.600,06	12,14
MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	5.400.471,66	4.847.781,40	11,40
SERV.AGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,GAS E OUTR.-PJ	4.259.904,43	3.915.295,30	8,80
LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	3.117.888,60	3.240.119,86	(3,77)
SERV.TRANSP.,PASSAGEM,LOCOMOCAO E HOSPED.-PJ	836.495,17	136.367,48	513,41
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS - PF	635.686,51	536.020,22	18,59
SERVICOS COMUNICACAO, GRAFICO E AUDIOVISUAL	635.396,83	832.705,50	(23,69)
SENTENCAS JUDICIAIS - SERVICOS TERCEIROS - PJ	616.388,85	1.001,54	61.444,11
SERV.AGUA ESGOTO,ENER.EL.,GAS E OUTR.-PJ-MUN	607.449,51	713.395,65	(14,85)
OUTRAS VPD'S - SERV., BENS E CONS. DE BENS DE CAPITAL	2.653.034,66	2.255.503,27	17,62
Total	67.973.077,47	60.344.366,45	12,64

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 33, o saldo com VPD relacionado a “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” foi de aproximadamente R\$ 67,9 milhões, isso é 12,64% maior do que o registrado no ano anterior, sendo influenciado principalmente pelo aumento de VPD’s relacionadas com serviços de apoio administrativo técnico e operacional.

Dentre as contas de VPD que contribuíram para o acréscimo no valor do grupo, pode-se destacar “Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros - PF”, cuja variação positiva é de 66,37% no exercício de 2022 em relação ao exercício de 2021. Atribui-se essa elevação ao gasto com precatórios devidos a terceiros, que em 2021 contabilizou-se saldo de R\$ 6,02 milhões, enquanto que no exercício de 2022 esse saldo é de R\$ 10,3 milhões. Cabe destacar que esse montante se refere aos precatórios do período de julho de 2020 a março de 2022.

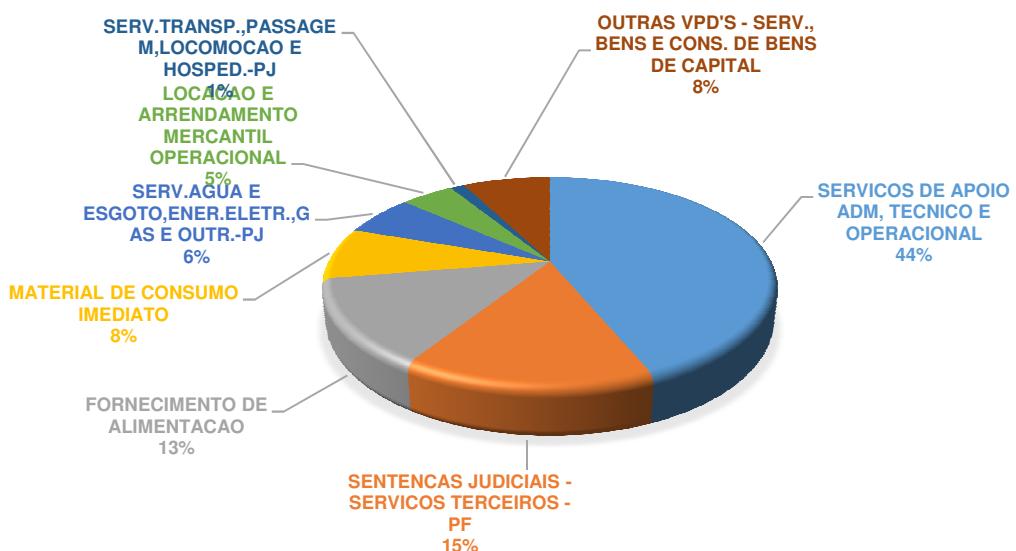
A variabilidade de 0,73% no saldo de VPD com serviços de apoio administrativo, técnico e operacional contribuiu para atenuar o aumento no saldo do grupo de “Uso de Bens, Serviços e Cons. de Capital Fixo” no exercício de 2022 em comparação ao exercício de 2021. Embora considere-se estável o gasto com essa VPD, pode-se destacar a diminuição do gasto com serviços de manutenção predial (redução de R\$ 837 mil), serviço de limpeza (redução de R\$ 605 mil), vigilância ostensiva (redução de R\$ 500 mil). Por outro lado, os gastos com serviço de tecnologia da informação e comunicação registraram aumento de R\$ 440 mil, bem como a manutenção e conservação de bens imóveis, aumento registrado de R\$ 987 mil no ano de 2022 em comparação com o exercício anterior.

No tocante ao material de consumo, verifica-se variação positiva de 11,40% em 2022 em relação ao ano de 2021. Dentre os materiais que apresentaram aumento de consumo no período, destaca-se o material para manutenção de bens imóveis (R\$ 1,6 milhão), aumento de 22,01%, bem como o consumo com combustíveis e lubrificantes automotivos (R\$ 1,1 milhão) que registra elevação de 86,78%.

A seguir é apresentado o gráfico 4, que demonstra as principais contas que compõe a VPD de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo no exercício de 2022:

Gráfico 4 - Principais VPD's de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo do Exercício de 2022

VPD - BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO



Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base no gráfico 4, constata-se que mais da metade dos gastos com o grupo de bens, serviços e consumo de capital fixo estão concentrados com serviço de apoio administrativo técnico e operacional (44%) que englobam manutenção predial, serviços de limpeza, vigilância ostensiva, dentre outros. Os gastos com sentenças judiciais – serviços de terceiros, fornecimento de alimentação e material de consumo imediato concentram 36% da VPD com bens, serviços e consumo de capital fixo.

Nota 18 - Resultado Patrimonial do Período

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio em cada exercício financeiro, isto é, evidencia as alterações nos bens, direitos e obrigações do órgão utilizados para a consecução das suas políticas públicas e indica o resultado patrimonial do exercício, que é agregado ao Patrimônio Líquido - PL no grupo de “Resultados Acumulados” do item Resultado do Exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial, que aumentam ou diminuem o patrimônio, à exceção dos fatos permutativos e dos ajustes de exercícios anteriores (que têm como contrapartida o PL, sem passar pelo resultado).

Nesse contexto, a UFPEL em 2022 apresentou um resultado patrimonial positivo de R\$ 369 milhões, em função das variações patrimoniais diminutivas (desincorporações de ativos e incorporações de passivos) terem sido inferiores às variações patrimoniais aumentativas (incorporações de ativos e desincorporações de passivos) conforme ilustrado na tabela 34.

Tabela 34 – DVP: Resultado patrimonial do período R\$1,00

Demonstração Variações Patrimoniais	2022	2021	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.523.074.968,41	996.714.593,11	52,81
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	1.153.835.845,43	947.713.460,72	21,75
Resultado Patrimonial do Período	369.239.122,98	49.001.132,39	653,53

Fonte: SIAFI 2022.

O resultado patrimonial apresentado no ano de 2022 é 653,53% superior do que o reportado no exercício de 2021. A elevação de 754,94% da valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos, bem como a diminuição de 44,67% de transferências e delegações concedidas ao término de 2022 em relação ao ano de 2021 contribuíram para o acréscimo patrimonial.

3.5 Notas Explicativas da Demonstração Dos Fluxos De Caixa – DFC

Nota 19 - Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A União, por adotar o princípio da unidade de caixa (Conta Única), tem a geração líquida de caixa e equivalente de caixa apresentada na Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

Neste contexto, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa gerada nas atividades de Operações, Investimento e Financiamento foi positiva em R\$ 2,3 milhões em 2022. Em vista disso, a geração líquida de caixa variou 211,54% em relação ao mesmo período do exercício anterior, em virtude do saldo maior do caixa e equivalente caixa final no exercício de 2022. A seguir, é demonstrado a tabela 35 com os saldos iniciais e finais de caixa e equivalente de caixa.

Tabela 35 - Geração de Caixa e Equivalente de Caixa – Saldo Inicial e Final composição R\$ 1,00

Resultado Financeiro BF x DFC	2022	2021	AH%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	56.214.582,57	58.347.197,38	-3,66
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	58.593.612,54	56.214.582,57	4,23
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.379.029,97	-2.132.614,81	-211,55

Fonte: SIAFI 2022.

De acordo com a tabela 35, a variação negativa de 211,55% na geração líquida de caixa é explicada, em especial, pelos saldos de caixa e equivalente de caixa inicial, que apresenta diminuição de 3,66% em comparação com o exercício de 2021, bem como pelo saldo de caixa e equivalente de caixa final, cujo saldo é maior em 4,23% ao término de 2022 em relação ao exercício de 2021. Ademais, esses saldos são influenciados pelo fluxo de caixa das atividades operacionais, em razão do saldo positivo de R\$ 7,4 milhões apurado em 2022, tal resultado é 12,52% maior do que o contabilizado no ano de 2021.

Esse aumento positivo no volume de fluxo de caixa das atividades operacionais pode ser atribuído principalmente, pelos Outros Desembolsos Operacionais, cuja variação negativa é de 16,56%, ou seja, um dispêndio de R\$ 7,5 milhões inferior ao contabilizado no exercício anterior. Ademais, o aumento de 1,31% em Outros Ingressos Operacionais contribuiu para formação de saldo positivo no fluxo de caixa das atividades operacionais.

Na sequência, são apresentadas a descrição das atividades que contribuem para a formação de caixa do e equivalente de caixa órgão.

Atividades operacionais: compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

Atividades de investimento: estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, por tratar-se de investimentos. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>).

Atividades de financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes

A seguir é apresentada os fluxos de caixa por atividades, que contribuem para o aumento ou diminuição na formação de caixa do órgão, conforme ilustrado na tabela 36:

Tabela 36 - Geração de Caixa e Equivalente de Caixa por Atividades composição R\$ 1,00

ATIVIDADES	2022	2021	AH%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	7.405.845,25	6.581.602,81	12,52
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.026.815,28	-8.714.217,62	-42,31
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
Total	2.379.029,97	-2.132.614,81	-211,55

Fonte: SIAFI 2022.

Com base na tabela 36, é possível inferir que o saldo positivo na geração de caixa e equivalente de caixa apurado em 2022 advém dos fluxos de caixa das atividades das operações, uma vez que apresentou saldo positivo, superando o saldo negativo dos fluxos de caixa das atividades de investimento. Na sequência é detalhado as movimentações desses dois fluxos de caixas.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais compreende os ingressos e desembolsos de recursos orçamentários e extraorçamentários que impactam as entradas e saídas de caixa, influenciando os recebimentos e pagamentos orçamentários e extraorçamentários do órgão.

Nota 20 – DFC: Ingressos

Dentre os ingressos, destaca-se o grupo de conta denominado “Outros Ingressos Operacionais”, que contribuem com 99,75% das entradas de caixa, perfazendo um montante aproximado de R\$ 907 milhões. Esse volume de recurso é 1,31% superior ao do contabilizado em 2021. Entre as contas que compõe esse

grupo, podemos salientar as “Transferências Financeiras Recebidas” cujos ingressos, de maneira geral, são oriundos da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC e dos demais órgãos da Administração Pública. Tais recursos financeiros são destinados para pagamentos de despesas orçamentárias e extraorçamentárias (Restos a Pagar) do ano corrente, bem como de compromissos assumidos em exercícios anteriores.

Na tabela apresentada a seguir, é demonstrado as fontes de recursos que compõe o grupo de Transferências Financeiras Recebidas:

Tabela 37 – Transferências Financeiras Recebidas por Fonte de Recursos

FONTE RECURSOS	2022	2021	AH%
RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APPLICACAO	648.074.613,35	523.488.943,41	23,80
CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	237.208.801,06	53.430.845,00	343,95
COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	9.901.838,18	4.861.025,75	103,70
RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	8.531.310,99	175.787.925,59	(95,15)
TITULOS DE RESPONSAB.DO TN-OUTRAS APLICACOES	1.321.932,81	8.874.088,88	(85,10)
RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APPLICACAO	1.187.593,99	88.504.188,29	(98,66)
OUTRAS FONTES DE RECURSOS	758.781,20	40.465.471,76	(98,12)
Total	906.984.871,58	895.412.488,68	1,29

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Através da tabela 37 verifica-se saldo de R\$ 906 milhões em transferência financeiras recebidas, valor 1,29% (R\$ 11,5 milhões) superior ao registrado no ano anterior. A fonte de recursos primário de livre aplicação representa 71,45% do total de transferências financeiras recebidas, seguida da fonte de contribuição patronal para o plano de seguridade social do servidor público representando 26,15%. Essa por sua vez, registra acréscimo de 343,95% (R\$ 187 milhões) em 2022, assumindo maior participação devido à redução em outras fontes de recursos.

Outros ingressos financeiros que participam dos fluxos de caixa das atividades operacionais, são as receitas arrecadadas diretamente pela UFPEL, denominadas como “Receitas Próprias”. A seguir, é apresentada a tabela 38 elencando o saldo das principais receitas próprias arrecadadas em 2022:

Tabela 38 – Receitas Originárias e Derivadas composição R\$ 1,00

RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2022	2021	AH%
Receita Patrimonial	176.155,73	178.453,78	-1,29
Receita Agropecuária	7.920,00	18.190,00	-56,46
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	1.696.791,53	889.828,74	90,69
Remuneração das Disponibilidades	30.334,92	27.426,45	10,60
Outras Receitas Derivadas e Originárias	196.055,31	319.345,20	-38,61
Transferências Recebidas	173.657,14	46.390,00	274,34
TOTAL	2.280.914,63	1.479.634,17	54,15

Fonte: SIAFI 2022.

Na tabela 38, estão demonstrados os ingressos provenientes de receitas próprias da UFPEL, que contribuem para reforçar o caixa e equivalente de caixa. Essas entradas de caixa registram acréscimo de 54,15% em 2022 em relação ao exercício anterior. Tal elevação está associada, principalmente, pela arrecadação com Receitas de Serviços, cujo saldo é 90,69% maior do que o reportado no ano de 2021. Ressalta-se, que essas receitas correspondem aos ingressos originados de serviços administrativos e comerciais gerais, taxa de inscrição em processos seletivos, serviços de informática e tecnologia, as quais são mais bem detalhadas nas notas explicativas do Balanço Orçamentário.

Outra natureza de receita que contribuiu para o crescimento de ingressos no caixa e equivalente de caixa é “Transferências Recebidas”, que registra aumento de 274,34% ao final do exercício de 2022 em relação ao ano anterior. Dentre as receitas que compõe essa conta, destaca-se os repasses recebidos do município de Pelotas através de convênios firmados junto a UFPEL para desenvolver ações e serviços na atenção odontológica no âmbito do SUS, bem como recebimentos de recursos da APROSEM originados de acordo

de cooperação técnica com a finalidade de formar profissionais em nível de mestrado para atuar no campo da ciência e tecnologia de sementes.

Nota 21 – Desembolsos

Os desembolsos na Demonstração do Fluxo de Caixa são apresentados pela função¹ de governo e não pelo elemento de despesa (categoria econômica) como ocorre no Balanço Orçamentário.

Assim, com base nesse conceito, em 2022 os desembolsos das atividades operacionais (Pessoal e Demais Despesas + Transferências Concedidas + Outros Desembolsos) totalizam cerca de R\$ 902 milhões, saldo 1,31% maior do que o registrado no exercício de 2021. Desse montante, destacam-se os desembolsos relacionados com a função Educação, que representam 57,43% das saídas de caixa e equivalente de caixa das atividades operacionais ao final do exercício de 2022.

A seguir é apresentada a tabela 39 com os desembolsos incorridos nos fluxos de caixa das atividades operacionais no ano de 2022:

Tabela 39 – Desembolsos das Atividades Operacionais

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021	AH%
DESEMBOLSOS	-902.699.833,93	-891.002.518,35	1,31
Pessoal e Demais Despesas	-767.980.466,19	-748.595.098,57	2,59
Administração	-4.500,60	-13.600,56	-66,91
Previdência Social	-247.933.523,65	-238.416.477,55	3,99
Saúde	-643.628,46	-406.643,18	58,28
Educação	-518.422.245,11	-508.314.603,72	1,99
Gestão Ambiental	-628.900,67	-740.459,46	-15,07
Ciência e Tecnologia	-	-283.963,50	-
Indústria	-3.400,45	-	-
Transporte	-400,05	-	-
Encargos Especiais	-343.867,20	-419.350,60	-18,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	-
Transferências Concedidas	-96.498.648,19	-96.599.433,96	-0,10
Intergovernamentais	-	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-	-
A Municípios	-	-	-
Intragovernamentais	-94.974.924,38	-95.600.560,23	-0,65
Outras Transferências Concedidas	-1.523.723,81	-998.873,73	52,54
Outros Desembolsos Operacionais	-38.220.719,55	-45.807.985,82	-16,56
Dispêndios Extraorçamentários	-404.098,00	-203.690,08	98,39
Transferências Financeiras Concedidas	-37.816.621,55	-45.604.295,74	-17,08

Fonte: SIAFI 2022.

Dentre os desembolsos elencados na tabela 39, destaca-se “Previdência Social”, que registra aumento de 3,99% em 2022 em relação ao exercício anterior. Esse acréscimo de R\$ 9,5 milhões está associado, principalmente, ao pagamento de aposentadorias e pensões, que apresentam elevação de 3,73% (R\$ 8,8 milhões) em comparação ao ano de 2021.

¹ A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios. Há situações em que o órgão pode ter mais de uma função típica, considerando-se que suas competências institucionais podem envolver mais de uma área de despesa. Nesses casos, deve ser selecionada, entre as competências institucionais, aquela que está mais relacionada com a ação. Portaria Interministerial SOF/STN nº 163/2001 e Manual Técnico de Orçamento.<http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoesorcamentarias/mto>

Sobre a função “Educação”, podemos detalhar os desembolsos por subfunção, o que representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e evidencia cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se agrupam em torno das funções.

A tabela 40 demonstra os desembolsos por subfunções que compõe a função de educação:

Tabela 40 - Subfunções da função educação composição R\$ 1,00

FUNÇÃO GOVERNO	SUFRUNÇÃO GOVERNO	2022	2021	AH%
EDUCACAO	ADMINISTRACAO GERAL	20.000,00	27.226,00	(26,54)
	FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	339.542,94	568.483,12	(40,27)
	ATENCAO BASICA	24.027.036,56	22.513.073,65	6,72
	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	28.859.785,04	32.101.946,89	(10,10)
	PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	-	1.355.062,36	(100,00)
	ENSINO SUPERIOR	464.669.491,36	451.287.170,89	2,97
	EDUCACAO BASICA	506.389,21	461.640,81	9,69
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		0,00	0,00	-
Total		518.422.245,11	508.314.603,72	1,99

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 40, é possível conhecer os desembolsos relacionados aos fluxos de caixa das atividades operacionais por subfunção. A subfunção é a participação da função e, de modo geral, combina-se com a função típica da área ou do setor, embora não se restrinja a ela. Tendo em vista que a UFPEL é um órgão que desempenha atividades do ensino, pesquisa e extensão, seus desembolsos concentram-se na função educação, subfunção do ensino superior. Logo, essa subfunção representa 89,63% dos gastos com a função educação.

Ainda sobre a subfunção ensino superior, constata-se aumento de 2,97% em 2022 em relação ao ano anterior. Tal elevação está associada principalmente, aos gastos de pessoal e encargos sociais, especialmente, com vencimentos e vantagens fixas, já mencionados anteriormente.

A subfunção relacionada a assistência hospitalar e ambulatorial apresenta redução no volume de desembolsos na função Educação. Isso porque os pagamentos efetuados nessa subfunção registram variação negativa de 10,10% (R\$ 3,2 milhões) ao término do ano de 2022 em relação ao exercício de 2021. As naturezas de despesas que compõe a subfunção de assistência hospitalar e ambulatorial estão associadas a folha de pagamento exclusivamente dos profissionais que atuam na unidade do Hospital Escola da UFPEL. Nesse sentido, a diminuição dos desembolsos registrados nessa subfunção está associada, principalmente, com pagamento de vencimentos e salários, dado que em 2022 o valor contabilizado é de R\$ 28,7 milhões, enquanto que no exercício de 2021 esse valor é de R\$ 30 milhões.

Nota 22 - Fluxos de Caixa Das Atividades de Investimento

No que tange aos fluxos de caixa das atividades de investimento, o saldo líquido negativo de R\$ 5 milhões é 40,51% inferior ao registrado em 2021 (R\$ -8,7 milhões). Na tabela apresentada a seguir demonstra os desembolsos por natureza de despesa:

Tabela 41 – Desembolsos Por Natureza de Despesa

GRUPO DESPESA	NATUREZA DESPESA	2022	2021	AH%
INVESTIMENTOS	OBRAS E INSTALACOES	3.168.873,08	5.418.417,17	(41,52)
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.972.019,42	3.295.800,45	(40,17)
TOTAL		5.140.892,50	8.714.217,62	(41,01)

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 41, os desembolsos para aquisição de ativos não circulantes reduziram em 41,01% (R\$ 3,5 milhões). Nesse contexto, a maior redução é para investimentos em obras e instalações, cujo montante reduziu em 41,52% (R\$ 2,2 milhões) no exercício de 2022 em comparação com o ano de 2021. Já os desembolsos com equipamentos e material permanente, destaca-se a redução nas aquisições de máquinas



e equipamentos energéticos (redução de 42%) e material de tecnologia da informação e comunicação (redução de 72,84%).